



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2019 – 2023

Escola de Saúde Pública  
do Estado de Minas Gerais

**Romeu Zema Neto**

Governador do Estado de Minas Gerais

**Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva**

Secretário de Estado de Saúde

**Lenira de Araújo Maia**

Diretora-geral da Escola de Saúde do Estado de Minas Gerais

**Thais Lacerda e Silva**

Superintendência de Educação e Trabalho em Saúde

**Fernanda Jorge Maciel**

Superintendência de Política, Planejamento e Gestão em Saúde

**Rose Ferraz Carmo**

Superintendência de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde

**Luiz Fernando Porto**

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

**Jean Alves de Souza**

Assessoria de Comunicação Social

**Júlia Selani Rodrigues Silva Melo**

Assessoria de Desenvolvimento Institucional

**Oelde Filho**

Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde

**Jomara Aparecida Trant de Miranda**

Secretaria de Gestão Acadêmica

**Jefferson Timóteo Oliveira**

Biblioteca

**Grupo de Trabalho Plano de Desenvolvimento Institucional**

Amanda Nathale Soares

Conceição Geralda Guimarães Resende

Fernanda Jorge Maciel

Juliana Fonseca de Oliveira Mesquita

Lucimar Ladeia Colen

Ludmila Brito e Melo Rocha

Luiz Fernando Gonçalves Porto

Marilene Barros de Melo

Roberta Moriya Vaz

Rodrigo Martins da Costa Machado

Rose Carmo Ferraz

Thais Lacerda e Silva

**Organização**

Juliana Fonseca de Oliveira Mesquita

Rodrigo Martins da Costa Machado

**Diagramação**

Jacqueline Luiza de Castro



# **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Escola de Saúde Pública  
do Estado de Minas Gerais

---

# APRESENTAÇÃO

No ano de 2014, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) firmou um projeto de cooperação técnica internacional com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), denominado “Consolidação da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais como referência na educação em saúde”, conhecido também como Projeto ESP XXI.

Este projeto, considerado estruturante para a instituição, tornou-se uma das principais ferramentas de gestão da Escola e buscava superar os desafios colocados à ESP, ampliando sua capacidade institucional de atuar na produção e difusão de conhecimento e educação na área de saúde no âmbito do sistema estadual de saúde. Proporcionou a composição de diversos grupos de trabalhadores para discutir e apresentar soluções relacionadas a diferentes desafios institucionais, cabendo a um desses grupos a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da ESP-MG.

O PDI é um importante dispositivo de gestão e planejamento que constitui a identidade de uma instituição, a partir de sua missão, visão e filosofia de trabalho. Orienta a estrutura organizacional, as ações e as estratégias para alcançar os objetivos, as diretrizes, os indicadores e as metas institucionais.

Apresentamos, então, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais para o período de 2019 a 2022, construído de maneira coletiva e colaborativa com a participação de trabalhadores, docentes e alunos e resultante de todo o processo de desenvolvimento institucional realizado nos últimos 4 anos, orientado pela garantia do direito à saúde universal e integral e em sintonia com demandas de trabalhadores, gestores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Lenira de Araújo Maia

*Diretora Geral da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais - ESP-MG*

# SUMÁRIO

<b>I.INTRODUÇÃO</b>	<b>07</b>
I.Escola de Saúde Pública: uma escola do e para o SUS	08
<b>II.PERFIL INSTITUCIONAL</b>	<b>10</b>
2.Breve Histórico da ESP-MG	11
3.Gestão Institucional e Acadêmica	14
3.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão	14
3.2. Unidades de Apoio a Atividades Acadêmicas	24
3.3. Instâncias Colegiadas e de Participação	26
3.4. Produções e Parcerias institucionais	28
3.5. Redes Interinstitucionais	28
3.6. Corpo Discente	29
3.7. Caracterização do Quadro de Pessoal	29
3.8. Infraestrutura Física	34
<b>III.PERFIL INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO</b>	<b>36</b>
4.Desenvolvimento Institucional na ESP-MG:Refazendo Caminhos	37
4.1 Antecedentes	37
4.2. Processo de Construção	39
4.3. Matriz de Diagnóstico	41
5.Missão Institucional	43
5.1. Processo de Construção	43
5.2. Missão da ESP-MG	46
6.Eixos e Objetivos Estratégicos de Atuação	47
<b>IV.PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</b>	<b>52</b>
7.Projeto Político Pedagógico (PPP)	53
8.Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais	53
8.1. Educação Permanente em Saúde	54
8.2. Articulação constante da teoria com a prática cotidiana	56
8.3. Concepção Crítica de Educação	57

8.4.A Interdisciplinaridade	58
8.5.Andragogia	59
9.Caminho Metodológico	61
9.1.A ESP-MG e a Educação a Distância	63
10.Organização Acadêmica da ESP-MG	64
10.1. Cursos Livres	64
10.2. Educação Profissional Técnica de Nível Médio	65
10.3. Cursos de Pós-Graduação	67
11.Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	69

## **V.AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL** 72

12.Acompanhamento e Monitoramento	73
12.1. Metas	73
12.2. Indicadores	74

## **VI.ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS** 76

13.Estrutura orçamentária e financeira	76
14. Planejamento orçamentário	76

## **VII.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 78

Referências bibliográficas	79
----------------------------	----

## **Índice de ilustrações**

### **Tabelas**

**Tabela 01:** Número de alunos e cursos ao longo da história a ESP-MG (1947 – 2017).

**Tabela 02:** Atual acervo da biblioteca da ESP-MG. Junho/2018.

**Tabela 03:** Distribuição dos servidores públicos efetivos da ESP-MG por carreira do executivo estadual – dez/17.

**Tabela 04:** Distribuição dos servidores públicos por unidade administrativa da ESP-MG – dez/17.

**Tabela 05:** Quadro de Metas (Ações Educacionais na Área da Saúde). ESP-MG.

**Tabela 06:** Quadro de Metas (Produção Científica no Campo da Saúde). ESP-MG.

**Tabela 07:** Quadro de Metas do Indicador “Índice de Satisfação dos Alunos”. ESP-MG.

**Tabela 08:** Quadro de Metas do Indicador “Índice de Satisfação dos Alunos”. ESP-MG.

**Tabela 09:** Orçamento da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, de acordo com Plano Plurianual de Ação Governamental - Revisão 2019.

### **Figuras**

**Figura 01:** Percentual de alunos e de ações educacionais por período em relação ao total produzido e razão de alunos/curso na história da ESP-MG (1947 a 2017).

**Figura 02:** Linha do tempo com marcos institucionais relativos à história da ESP-MG.

**Figura 03:** Estrutura organizacional da ESP-MG após processo de reestruturação (2017).

**Figura 04:** Desenho esquemático sobre as áreas temáticas e suas interseções.

**Figura 05:** Distribuição de servidores públicos da ESP-MG por tipo de ingresso - dez/2017.

**Figura 06:** Distribuição dos servidores públicos (efetivos e recrutamento amplo) da ESP-MG por nível do cargo - dez/2017.

**Figura 07:** Percentual de servidores públicos da ESP-MG segundo titulação máxima - dez/2017.

**Figura 08:** Distribuição (%) de docentes servidores públicos da ESP-MG segundo titulação máxima em 2017 e perspectiva para 2019.

**Figura 09:** Pentágono, imagem-síntese do Desenvolvimento Institucional da ESP-MG.

**Figura 10:** Imagem-síntese da missão institucional da ESP-MG.

**Figura 11:** Percorso metodológico seguido pela ESP-MG.

**Figura 12:** Arco de Margueres e os pressupostos educacionais da ESP-MG.

## **Lista de siglas**

ACS – Agente Comunitário de Saúde	SEGOV – Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais
ADI – Assessoria de Desenvolvimento Institucional	SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
AGE – Advocacia Geral do Estado	SES-MG – Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social	SETS – Superintendência de Trabalho e Educação em Saúde
ASJUR – Assessoria Jurídica	SPCVS – Superintendência de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde
ATES – Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde	SPGF – Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças
ATIC – Assessoria de Tecnologias de Informação e Comunicação	SPPGS – Superintendência de Política, Planejamento e Gestão em Saúde
CEE-MG – Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais	SUBSECOM – Subsecretaria de Comunicação Social
CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	SUS – Sistema Único de Saúde
CGE – Controladoria Geral do Estado	TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
CIES/MG – Comissão de Integração Ensino Serviço de Minas Gerais	TCE-MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
DI – Desenvolvimento Institucional	TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
EAD – Educação à Distância	UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
EPS – Educação Permanente em Saúde	USCI – Unidade Setorial de Controle Interno
ESP-MG – Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais	
FJP – Fundação João Pinheiro	
FUNED – Fundação Ezequiel Dias	
GT-DI – Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Institucional	
MEC – Ministério da Educação	
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional	
PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental	
PPP – Projeto Político Pedagógico	
SEDESE – Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais	
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais	
SEE – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais	
SEGA – Secretaria de Gestão Acadêmica	





# I INTRODUÇÃO

# I. INTRODUÇÃO

## I. Escola de Saúde Pública: uma escola do e para o SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS), criado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, inaugurou uma nova perspectiva para o sistema de saúde em nosso país. Fundamentado na concepção ampliada de saúde, a criação do SUS apresentou aos cidadãos brasileiros uma nova forma de organização das ações e serviços de saúde que buscava concretizar o direito à saúde como este se expressava na Constituição Cidadã.

Em sua Lei Orgânica, publicada em 1990, esse caráter foi reforçado ao se afirmar que a saúde se tratava de um “direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. Tal normatização ainda ressaltava o caráter intersetorial da ação do Estado para promover, proteger e recuperar a saúde dos cidadãos, que deveria ser universal e igualitário para toda a população.

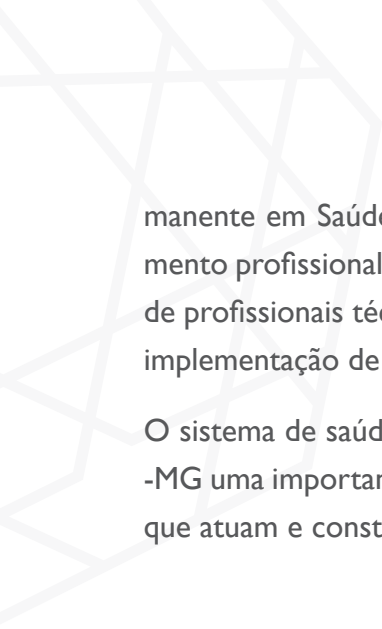
A política pública de saúde que a partir daí passaríamos a construir já apontava para os grandes desafios de se garantir o acesso à saúde e à produção de qualidade de vida. Entre esses desafios, não se deixou de incluir o campo da formação e qualificação do conjunto de trabalhadores que são responsáveis por dar vida a este grande sistema.

Entre os objetivos do SUS destacados pela Lei Orgânica da Saúde, reconhecia-se o seu papel na ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde.

Apresentava-se, então, o desafio de articular o conjunto de instituições que atuavam no campo da educação profissional em saúde. Para além de influenciar a formação dos futuros profissionais de saúde que ocorria por meio das universidades e seus cursos da área de saúde, era preciso organizar uma forte e sustentável rede de instituições próprias e parceiras que poderiam contribuir para qualificação dos trabalhadores do SUS em serviço.

As Escolas de Saúde Pública, que durante muitos anos já demonstravam seu importante papel para a qualificação da atuação dos profissionais da saúde, ganhavam ali um terreno fértil para que pudessem se desenvolver e participar da construção do sistema de saúde brasileiro. A constituição e/ou fortalecimento de espaços educacionais próprios desse sistema era, e continua sendo, fundamental para promover melhorias contínuas na qualidade da gestão e do cuidado em saúde.

É neste contexto que a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) se constrói e se desenvolve institucionalmente. Ofertando diferentes ações de ensino e pesquisa no território mineiro, a ESP-MG demonstra uma importante dinamicidade em relação à sua atuação. Caracteriza-se, hoje, como organização de múltiplas potências, que é ao mesmo tempo: uma Escola do SUS, para produzir e disseminar conhecimento junto a seus usuários, trabalhadores e gestores por meio da Educação Per-



manente em Saúde; uma Escola de Governo para formação, pós-graduação, qualificação, aperfeiçoamento profissional de agentes públicos que atuam no e com o SUS; uma Escola Técnica para formação de profissionais técnicos em saúde; e uma instituição de assessoramento técnico para a formulação e implementação de políticas públicas de saúde.

O sistema de saúde brasileiro, com seus desafios e potências, oferece a uma instituição como a ESP-MG uma importante missão: participar de sua consolidação a partir da qualificação dos trabalhadores que atuam e constroem este sistema, constituindo, portanto, como uma Escola DO e PARA o SUS.



# **II PERFIL INSTITUCIONAL**

## II. PERFIL INSTITUCIONAL

### 2. Breve Histórico da ESP-MG<sup>1</sup>

A década de 1940 foi marcada por mudanças na orientação da saúde pública em Minas Gerais, que ainda estava sob a intervenção federal remanescente do período estadonovista, promovendo um extenso movimento de reforma dos serviços de saúde pública. Em abril de 1946, a Diretoria de Saúde Pública foi desmembrada da Secretaria de Educação e Saúde Pública, criando o Departamento Estadual de Saúde. Houve um amplo processo de reorganização, denominado Reforma Alvino de Paula, que inaugurou um novo modelo de atenção em saúde pública em Minas Gerais. O Departamento Estadual de Saúde orientava-se para a organização dos serviços de assistência médico-social, visando ao atendimento dos doentes, e incorporou entre seus objetivos a formação e o aperfeiçoamento de técnicos sanitários (MACHADO, 1990).

Nesse contexto, criou-se, por meio do Decreto nº 1.751, de 03 de junho de 1946, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), com o objetivo de qualificar pessoal para a carreira sanitária e promover aperfeiçoamento daqueles que nela já atuavam (MINAS GERAIS, 1959). O início das atividades da Escola data de fevereiro de 1947 com o Curso de Malária e, em março do mesmo ano, começa o primeiro curso de Saúde Pública. Em 1954, com o apoio do Ministério da Saúde, inicia-se a construção da sua sede própria (MACHADO, 1990). A nova sede, inaugurada em 1959, passa a contar com salas de aula, laboratórios de bacteriologia, parasitologia e nutrição, além de biblioteca especializada em assuntos de saúde pública e um auditório. Além desses, integrava a Escola o Centro de Saúde Oswaldo Cruz, que se constituía como campo de prática dos alunos e era operado, mediante convênio, pelo Serviço Especial de Saúde Pública (MINAS GERAIS, 1959).

Ao longo dos primeiros quarenta anos, a ESP-MG formou profissionais em diversas áreas como nutrição, imunização, administração hospitalar, saúde pública, saúde e segurança no trabalho, análises clínicas, radiologia, saúde bucal, saúde escolar, leprologia, hanseníase, malariologia, controle de doenças transmissíveis, saneamento, dentre outras. Esse movimento de formação de trabalhadores vinculados à saúde pública surge em um contexto de exigência de qualificação dos profissionais para ingresso na carreira pública (FONSECA, 2010 apud ESCOREL; TEIXEIRA, 2012).

Nos anos 50, destaca-se a oferta do curso de Visitadoras Sanitárias, em um contexto de falta de enfermeiros no país, sendo a primeira turma na Escola datada de 1952. Essas trabalhadoras tinham como missão “educar e orientar as coletividades, quer na formação de hábitos de higiene, quer no esclarecimento dos objetivos da saúde pública, quer como elemento de ligação entre o público e a unidade sanitária” (MINAS GERAIS, 1959, p.21). Outro agente de saúde pública formado pela ESP-MG foi o Coordenador Escolar de Saúde, inicialmente com o nome de Supervisor Sanitário.

<sup>1</sup>. Texto adaptado de MACIEL (2014).

Na década de 70, destacou-se a formação de cerca de 1.200 atendentes hospitalares, profissionais reconhecidos como “agentes de enfermagem”, que exerciam atividades em instituições hospitalares sem preparo específico (FORMIGA; GERMANO, 2005).

Com a criação da Fundação Ezequiel Dias (FUNED), por meio da Lei nº 3.594 de 06 novembro de 1970, a Escola de Saúde Pública tornou-se uma das diretorias da FUNED, sendo autorizada em 1977 a ofertar cursos de habilitação e qualificação profissional na área da saúde, correspondente aos cursos técnicos e de auxiliares.

No contexto de fortalecimento da Promoção da Saúde, especialmente no âmbito local, destaca-se a implementação, no país, da estratégia Cidades Saudáveis, inspirada no modelo europeu. A ESP-MG participou desse movimento, por meio do projeto ‘Uma nova iniciativa em Saúde Pública’, no período de 1997 a 2001, em parceria com a Fundação W. K. Kellogg e oito municípios da região de saúde do Alto Rio Grande. O projeto buscou fortalecer a articulação entre instituições acadêmicas, prefeituras e comunidades locais. Nesse mesmo período, a Saúde Mental se coloca como importante campo de atuação da ESP-MG. A instituição participou ativamente do processo de Reforma Psiquiátrica, entre outras ações, por meio da oferta de cursos de Especialização em Saúde Mental, que tiveram como matriz a perspectiva antimanicomial de cuidados em saúde mental. Vale destacar que, além de acompanhar o movimento nacional, o curso, ofertado na década de 80, trazia as marcas das construções feitas no território mineiro, embasadas na clínica psicanalítica (GOULART; SILVA, 2007, p.4). Destaca-se, assim, a participação ativa da ESP-MG na construção e disseminação dos ideais do movimento de Reforma Sanitária que fundamentaram a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da formação crítica e reflexiva.

Um dos exemplos do relevante papel da ESP-MG para a implementação do SUS se deu com a formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que teve início em 1999, por meio da oferta de cursos introdutórios, de modo a apoiar a inserção desse trabalhador nas equipes de Atenção Básica/Saúde da Família. Em 2005, a Escola adotou o programa de qualificação e desenvolvimento profissional para Agente Comunitário de Saúde do Ministério da Saúde. No período de 2007 a 2009, a Escola formou 12.898 alunos nesta proposta.

Em 2007, a Escola desvinculou-se da FUNED e passou a ter autonomia administrativa, orçamentária e financeira (MINAS GERAIS, 2007). Este passo foi um importante reconhecimento da relevância da instituição no cenário estadual e do seu papel enquanto uma Escola de Governo no âmbito da saúde. Nesse contexto, foi instituída uma nova estrutura organizacional da ESP-MG, com a criação das Superintendências de Educação, Pesquisa e Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF). Tal estrutura foi revisada no ano de 2017, processo descrito na próxima seção.

Após a autonomia da Escola, observa-se concentração da atuação da ESP-MG em temas prioritários, relacionados, em sua maioria, à agenda estratégica do governo estadual. Observa-se a partir desse período um aumento expressivo do número de alunos da instituição (tabela 01). Esse cenário se de-

envolveu durante duas gestões estaduais que tiveram um caráter de continuidade de programas de governo.

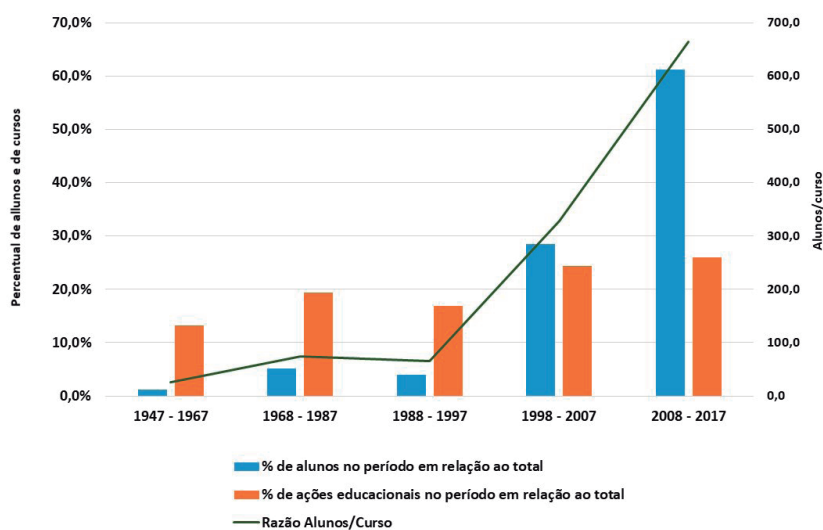
**TABELA 01: NÚMERO DE ALUNOS E CURSOS AO LONGO DA HISTÓRIA A ESP-MG (1947 – 2017).**

Período	Nº de Alunos	Nº de Cursos
1947 - 1967	2.627	102
1968 - 1987	11.134	150
1988 - 1997	8.515	131
1998 - 2007	62.129	189
2008 - 2017	133.600	201
Total	218.005	773

Fonte: Elaboração própria.

A partir de 2008, observa-se o aumento do número de egressos e a redução do quantitativo de ações educacionais ofertadas, quando a ESP-MG forma aproximadamente 60% do total de egressos por meio de ações educacionais que representam 26% do número total de ações ofertadas entre 1947 e 2017 (figura 01). Interessante observar a ampliação exponencial da razão entre o número de alunos por quantitativo de ações educacionais a partir de 1998 até 2017, o que parece expressar a capilarização das ações ofertadas bem como a ampliação do público da ESP-MG.

**FIGURA 01: PERCENTUAL DE ALUNOS E DE AÇÕES EDUCACIONAIS POR PERÍODO EM RELAÇÃO AO TOTAL PRODUZIDO E RAZÃO DE ALUNOS/CURSO NA HISTÓRIA DA ESP-MG (1947 A 2017).**

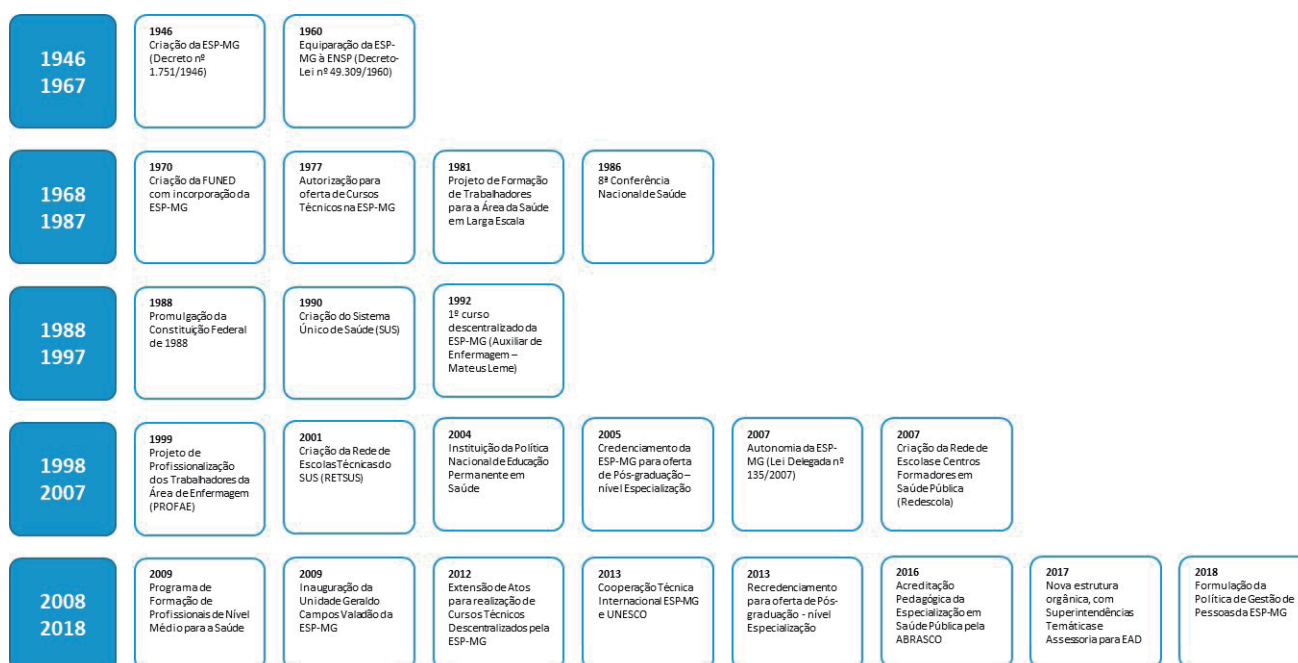


Fonte: Elaboração própria.

Em 2016, após processo de reforma administrativa promovida pelo Executivo Estadual, a ESP-MG foi instituída como órgão autônomo da administração pública estadual com vínculo administrativo ao Governador e vínculo técnico à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, conforme artigos 39 e 47 da Lei Estadual nº 22.257, de 27 de julho de 2016 (MINAS GERAIS, 2016).

Nesse breve histórico percebe-se a importância do papel da Escola na formação de trabalhadores e na produção e conhecimento no campo da saúde pública ao longo dos seus 72 anos de história.

**FIGURA 02: LINHA DO TEMPO COM MARCOS INSTITUCIONAIS RELATIVOS À HISTÓRIA DA ESP-MG.**



Fonte: Elaboração própria.

## 3. Gestão Institucional e Acadêmica

### 3.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

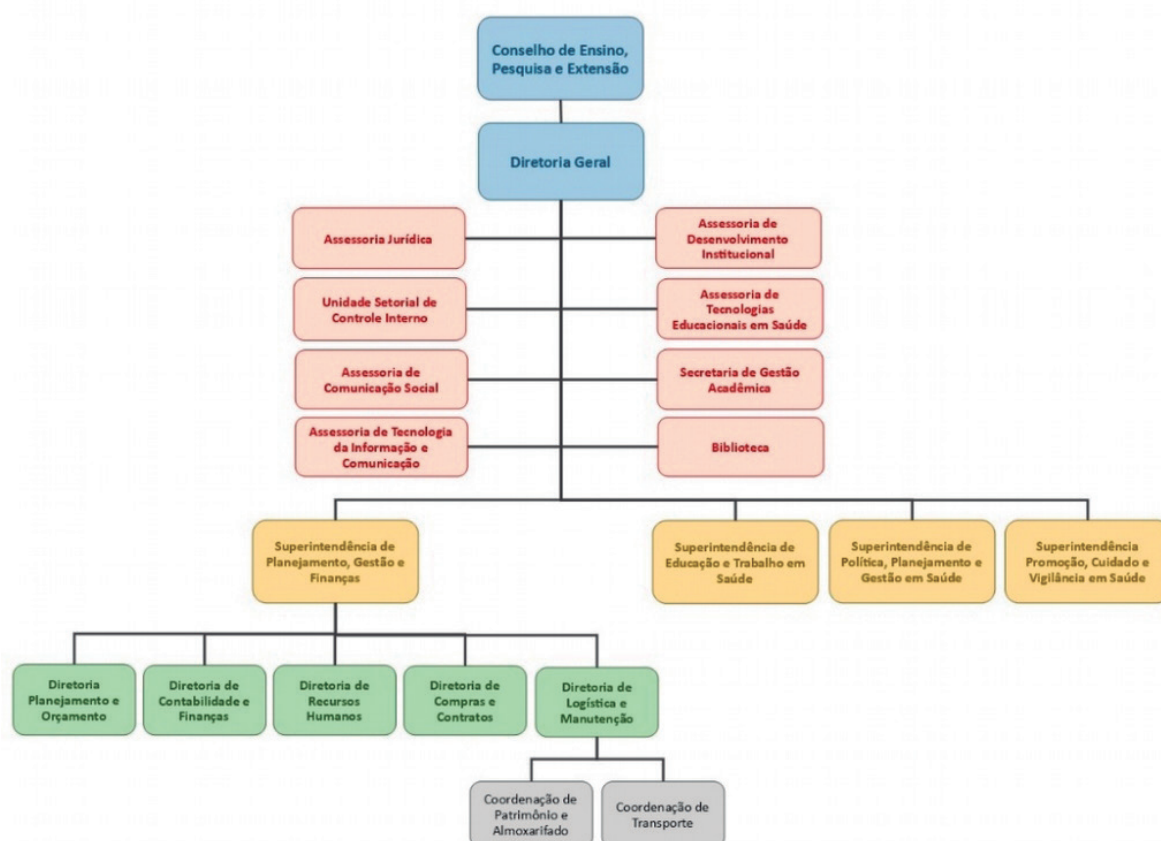
A atual estrutura orgânica básica da ESP-MG, definida após a reforma administrativa ocorrida em 2016, é regulamentada pela Lei Estadual nº 22.257, de 27 de julho de 2016, em seu artigo 53 (MINAS GERAIS, 2016).

16 Devido ao processo de revisão das estruturas orgânicas básicas dos órgãos do executivo estadual, ao final de 2016 e início de 2017, foi realizado um amplo movimento para revisão do funcionamento da ESP-MG que foi formalizado pelo Decreto nº 47.505, de 08 de outubro de 2018 (MINAS GERAIS, 2018a). O movimento possuía como diretriz a gestão participativa e a articulação com outras ações de desenvolvimento institucional que vinham sendo implantadas desde 2014 e promoveu, também, a alteração de estrutura organizacional da instituição.



Esse processo foi realizado a partir da análise das ações de ensino e pesquisa dos últimos cinco anos exposta em uma sala de contribuições, em que todos os trabalhadores puderam se expressar. Em seguida foram realizados debates com a criação de grupos de trabalho intersetoriais que debateram a fusão, extinção e criação de unidades administrativas. A nova estrutura organizacional encontra-se representada abaixo na figura 03.

**FIGURA 03: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESP-MG APÓS PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO (2017).**



Fonte: Decreto nº 47.505/2018 (MINAS GERAIS, 2018a).

A seguir, apresentamos as unidades administrativas e suas respectivas competências institucionalizadas pelo Decreto nº 47.505/2018.

### **Superintendências Temáticas**

Uma das mudanças mais relevantes realizadas foi a extinção da Superintendência de Educação e da Superintendência de Pesquisa que passam a realizar suas atividades em três superintendências temáticas:

- Superintendência de Educação e Trabalho em Saúde (SETS);
- Superintendência de Políticas Planejamento e Gestão em Saúde (SPPGS)
- Superintendência de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde (SPCVS).

Tais Superintendências passam a ter como competência realizar ações de ensino e pesquisa, no âmbito do SUS, com o foco em suas áreas temáticas. Para concretização de sua atuação, são atribuições dessas Superintendências finalísticas:

I. planejar, elaborar, coordenar, supervisionar e executar ações educacionais e de pesquisa, que tenham como ênfase saberes, conhecimentos e práticas da área temática a que estão vinculadas, voltadas ao fortalecimento do SUS;

II. propor parcerias, junto a instituições, preferencialmente públicas, para o desenvolvimento de ações educacionais e de pesquisa, que tenham como ênfase saberes, conhecimentos e práticas do campo de sua atuação;

III. atuar junto às demais Superintendências finalísticas, estabelecendo parcerias no planejamento, implantação e avaliação de ações de ensino e pesquisa, fortalecendo a atuação compartilhada;

IV. contribuir para a formulação e a proposição das diretrizes que norteiam as ações educacionais e de pesquisa da ESP-MG;

V. promover a socialização e a troca de conhecimentos referentes ao campo de sua atuação;

VI. promover e gerir ações de pesquisa no campo de sua atuação;

VII. participar de espaços e fóruns de debates e decisão de políticas públicas de saúde no âmbito da área de sua atuação.

Os grandes temas das Superintendências finalísticas foram definidos principalmente com o estudo de referenciais teóricos e a identificação de atributos específicos e comuns a essas áreas (figura 04). Cabe destacar que a Educação Permanente em Saúde é compreendida como um eixo transversal a todas as ações da Escola e que, portanto, está presente em todas as Superintendências temáticas.

**FIGURA 04: DESENHO ESQUEMÁTICO SOBRE AS ÁREAS TEMÁTICAS E SUAS INTERSEÇÕES.**



Fonte: Elaboração própria.

Mesmo que essas três Superintendências finalísticas sejam responsáveis pela produção de ações de ensino e pesquisa, suas formas de atuação diferem de acordo com a área temática a que estão vinculadas. Abaixo, apresentamos as identidades e os escopos de atuação de cada uma destas áreas:

### **Superintendência de Educação e Trabalho em Saúde (SETS)**

A Superintendência de Educação e Trabalho em Saúde (SETS) desenvolve ações de educação e pesquisa cujo objeto envolve a elaboração e a avaliação de métodos e recursos pedagógicos utilizados na formação em saúde, considerando a interface entre ensino e processo de trabalho em saúde; a formulação e a análise de currículos voltados para a formação em saúde pública; e a análise de políticas de formação de profissionais de saúde. Entre as ações realizadas, destaca-se a formação de preceptores que atuam em hospitais de Minas Gerais e a prestação de consultorias a municípios mineiros para implementação, desenvolvimento e análise da Educação Permanente em Saúde, uma política estratégica para o cuidado, a vigilância e a gestão em saúde.

Nesse sentido, o objeto de atuação da SETS sustenta o desenvolvimento de ações que propõem um movimento de problematização e de análise das questões que atravessam a educação e o trabalho em saúde e que implicam distintos modos de se produzir o cuidado no SUS.

### ***Superintendência de Políticas Planejamento e Gestão em Saúde (SPPGS)***

O campo de Política, Planejamento e Gestão em Saúde incorpora em suas análises, de forma combinada, as dimensões relativas ao poder (politics) e às políticas públicas (policies) na área da saúde. Isso significa que, enquanto campo acadêmico, abarca o estudo das relações de poder e das técnicas, dispositivos e ferramentas presentes na conformação da agenda, na formulação, na condução, na implementação e na avaliação do Estado em interação com a sociedade.

Na ESP-MG, compreendemos que a atuação da Superintendência de Políticas Planejamento e Gestão em Saúde (SPPGS) deve considerar os espaços macro (contextos históricos, políticos, culturais e sociais; as instituições e políticas públicas; entre outros) e micro (práticas e relações entre os sujeitos na produção de saúde) e suas inter-relações.

A partir desta perspectiva e tendo como pressupostos o respeito à saúde como direito, à democracia e à justiça social, o escopo de atuação da SPPGS na produção de ações educacionais e pesquisa envolve diferentes temáticas, tais como:

- Gestão, planejamento e regulação de sistemas e serviços de saúde;
- Modelos de atenção à saúde, atenção psicossocial, atenção primária à saúde;
- Participação social e dispositivos de controle das políticas públicas de saúde;
- Informação, comunicação, visibilidade e vínculo nas políticas e práticas de saúde.

### ***Superintendência de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde (SPCVS)***

A Superintendência de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde (SPCVS) desenvolve ações de educação e de pesquisa no campo da Promoção da Saúde, do Cuidado integral e da Vigilância em Saúde, cujos princípios norteadores são a justiça social, os direitos humanos, o bem comum, o respeito ao meio ambiente e às diversas identidades e saberes.

Assim, as ações da SPCVS são desenvolvidas tendo como perspectiva a transdisciplinaridade e a intersetorialidade, considerando:

- Vigilância em Saúde como prática estratégica de reconhecimento do território e suas dinâmicas, tendo em vista a situação de saúde das populações;
- Cuidado integral como campo de práticas pautadas por dimensões éticas e pelo respeito à singularidade e à autonomia das pessoas;
- Promoção da Saúde como a busca pela qualidade de vida para todos, compreendendo a saúde enquanto produção social cuja promoção supera o enfoque no risco.

## **Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças (SPGF)**

É competência desta Superintendência a garantia da eficácia e da eficiência do gerenciamento administrativo, em consonância com as diretrizes estratégicas da ESP-MG. Para tanto, possui como atribuições:

- I. coordenar, em conjunto com a Assessoria de Desenvolvimento Institucional, a elaboração do planejamento global da ESP-MG;
- II. coordenar a elaboração da proposta orçamentária da ESP-MG, acompanhar sua efetivação e respectiva execução financeira;
- III. planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos;
- IV. planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de aquisições e contratações, administração de materiais, patrimônio e logística;
- V. coordenar, orientar e executar as atividades de administração financeira e contabilidade;
- VI. fomentar a gestão e melhoria de processos, visando desburocratizar procedimentos e aprimorar o desempenho das políticas públicas na ESP-MG;
- VII. atuar de forma conjunta com a Unidade Setorial de Controle Interno na proposição de melhorias nos processos de contratação e execução;
- VIII. orientar a elaboração de projetos na rede física e acompanhar os trabalhos de execução, definindo critérios para a padronização de máquinas, equipamentos e espaço.

Para o desempenho de suas funções a SPGF possui 05 (cinco) Diretorias e 02 (duas) Coordenações, a saber:

- a) **Diretoria de Planejamento e Orçamento:** tem por competência gerenciar as atividades de planejamento, orçamento e gestão de processos da ESP-MG.
- b) **Diretoria de Contabilidade e Finanças:** tem por competência zelar pelo equilíbrio contábil-financeiro no âmbito da instituição.
- c) **Diretoria de Gestão de Pessoas:** tem por competência atuar na gestão de pessoas, visando ao desenvolvimento humano e organizacional da ESP-MG.
- d) **Diretoria de Compras e Contratos:** tem por competência planejar, formalizar e acompanhar os processos de compras nas diversas modalidades de licitação, bem como acompanhar a execução dos contratos.
- e) **Diretoria de Logística e Manutenção:** tem por competência propiciar o apoio administrativo e logístico às unidades da ESP-MG.
- e. I) **Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado:** tem por competência realizar a gestão patrimonial, bem como a gestão de armazenamento e distribuição dos materiais de consumo.

e.2) Coordenação de Transportes: tem por competência programar, coordenar e controlar as atividades de transporte, de guarda e manutenção de veículos da instituição, de acordo com as regulamentações específicas relativas a gestão da frota oficial.

### **Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde (ATES)**

O processo de revisão da estrutura da ESP-MG também propiciou maior institucionalização da Educação à Distância (EaD) com a criação da Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde (ATES), que possui como competência o planejamento e a implementação de ações de EaD e presencial com o uso de tecnologias digitais da informação e da comunicação, em parceria com as Superintendências Temáticas.

Este movimento de institucionalização da EaD foi importante considerando a avaliação de que a utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem possibilita atingir alunos dispersos geograficamente em nosso estado com dimensões territoriais significativas, contribuindo assim para efetivação da missão da ESP-MG. Além disso, embora o passado da instituição tenha sido marcado por algumas experiências e interrupções na oferta de EaD, os seus trabalhadores demonstraram, nos diversos espaços de debate acerca do desenvolvimento institucional, acreditar no potencial desta ferramenta.

Ainda, é preciso considerar, no contexto externo, a existência de diversas instituições de ensino reconhecidas na área de saúde pública que utilizam a EaD em suas ações educacionais, bem como iniciativas no âmbito do Ministério da Saúde para ofertas de ações educacionais à distância como o AVASUS (somente em Minas Gerais, esta plataforma possui 23.201 alunos matriculados) e a UNASUS.

Para concretização de sua atuação, a ATES possui como atribuições:

- I. fomentar a utilização de novas tecnologias educacionais para a disseminação do conhecimento nas ações educacionais ofertadas pela ESP-MG;
- II. produzir e disseminar informações e conhecimentos sobre o uso de tecnologias digitais nas ações educacionais desenvolvidas na ESP-MG;
- III. promover a integração e a coerência dos aspectos pedagógicos e tecnológicos inerentes à educação a distância e presencial com o uso de tecnologias digitais;
- IV. ampliar o alcance das ações educacionais ofertadas pela ESP-MG em todo o estado, por meio da educação a distância e do uso das tecnologias digitais da informação e comunicação.

### **Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADI)**

A Assessoria de Desenvolvimento Institucional tem por competência apoiar e acompanhar a gestão de projetos estratégicos da ESP-MG, com as atribuições de:

- I. participar do planejamento e acompanhar a execução de ações prioritárias e setoriais da ESP-MG,

- promovendo a articulação, facilitação e coordenação de esforços para sua execução;
- II. assessorar o dirigente do órgão na gestão estratégica, favorecendo a tomada de decisão;
- III. prestar apoio e coordenar a execução das atividades da ESP-MG, referentes às demandas originadas nos processos de participação popular;
- IV. apoiar a identificação e o desenvolvimento de projetos que potencializem atuação da Escola no âmbito do SUS.
- V. auxiliar as áreas centrais de governo na execução dos processos atinentes à gestão estratégica e de informações da ESP-MG.

### **Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)**

A Assessoria de Comunicação Social tem por competência promover as atividades de comunicação social, compreendendo imprensa, publicidade, propaganda, relações-públicas e promoção de eventos da ESP-MG, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Subsecretaria de Comunicação Social (Subsecom) e pela Subsecretaria de Cerimonial e Eventos da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), com as atribuições de:

- I. planejar, coordenar e supervisionar programas e projetos relacionados com a comunicação interna e externa das ações da ESP-MG;
- II. assessorar os dirigentes e as unidades administrativas da ESP-MG no relacionamento com a imprensa e demais meios de comunicação;
- III. planejar e coordenar as entrevistas coletivas e o atendimento a solicitações dos órgãos de imprensa, em articulação com a Superintendência Central de Imprensa da Subsecom;
- IV. produzir textos a serem publicados em veículos de comunicação da ESP-MG e da Subsecom;
- V. acompanhar, selecionar e analisar assuntos de interesse da ESP-MG, publicados em jornais e revistas, para subsidiar o desenvolvimento das atividades de comunicação social;
- VI. propor, supervisionar e acompanhar as ações de publicidade e propaganda, os eventos e promoções para divulgação das atividades institucionais, em articulação com a Subsecom e com a Subsecretaria de Cerimonial e Eventos da SEGOV, bem como responsabilizar-se pelos materiais utilizados nos eventos;
- VII. manter atualizados os sítios eletrônicos e a intranet sob a responsabilidade da ESP-MG, no âmbito de atividades de comunicação social;
- VIII. gerenciar e assegurar a atualização das bases de informações institucionais necessárias ao desempenho das atividades de comunicação social;
- IX. manter permanente contato e alinhamento de informações entre o fornecedor e Subsecretaria de Cerimonial e Eventos durante a realização de eventos.

## **Assessoria de Tecnologias da Informação e Comunicação (ATIC)**

A Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação tem por competência planejar e aplicar as tecnologias da informação e comunicação na concepção, desenvolvimento, integração e manutenção de ativos informacionais, buscando a melhoria contínua da estrutura de trabalho e da gestão dos serviços fornecidos pela ESP-MG, com atribuições de:

- I. formular e implementar a Política de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – da ESP-MG;
- II. coordenar as atividades de diagnóstico, prospecção e difusão de novas soluções relacionadas à TIC;
- III. promover a governança de TIC na ESP-MG, definindo estratégias e mobilizando recursos que garantam o alinhamento das ações de TIC às competências e aos objetivos institucionais;
- IV. desenvolver e prover a manutenção de sítios eletrônicos e sistemas, respeitando os padrões de desenvolvimento e de prestação de serviços eletrônicos definidos pela política estadual de TIC;
- V. emitir parecer técnico prévio quanto à utilização e à aquisição de equipamentos, softwares, sistemas setoriais e corporativos e mobiliários na área de informática;
- VI. viabilizar a integração e a compatibilidade dos dados e aplicações, visando disponibilizar informações com qualidade e garantir a segurança das informações, observados os níveis de confidencialidade, integridade e disponibilidade;
- VII. coordenar e executar a manutenção dos hardwares, a reinstalação de softwares e aplicativos em microcomputadores em uso na ESP-MG e fornecer suporte técnico ao usuário.

## **Assessoria Jurídica (ASJUR)**

A Assessoria Jurídica é unidade setorial de execução da Advocacia-Geral do Estado (AGE), à qual se subordina jurídica e tecnicamente, competindo-lhe, na forma da Lei Complementar nº 75, de 13 de janeiro de 2004, cumprir e fazer cumprir, no âmbito da ESP-MG, as orientações do Advogado-Geral do Estado no tocante a:

- I. prestação de assessoria e consultoria jurídicas ao dirigente máximo da ESP-MG;
- II. coordenação das atividades de natureza jurídica;
- III. interpretação dos atos normativos a serem cumpridos pela ESP-MG;
- IV. elaboração de estudos e preparação de informações por solicitação do dirigente máximo da ESP-MG;
- V. assessoramento ao dirigente máximo da instituição no controle da legalidade dos atos a serem praticados pela ESP-MG;



VI. exame prévio de:

- a) edital de licitação, convênio, contrato ou instrumentos congêneres, a serem celebrados e publicados;
- b) ato pelo qual se reconhece a inexigibilidade ou se decide pela dispensa ou retardamento de processo de licitação;

VII. fornecimento à AGE de subsídios e elementos que possibilitem a representação do Estado em juízo, inclusive no processo de defesa dos atos do dirigente máximo da ESP-MG e de outras autoridades do órgão;

VIII. examinar e emitir parecer e nota jurídica sobre anteprojeto de leis e minutas de atos normativos em geral e de outros atos de interesse da ESP-MG, sem prejuízo da análise de constitucionalidade e legalidade pela AGE.

### **Unidade Setorial de Controle Interno (USCI)**

A Unidade Setorial de Controle Interno (USCI), subordinada tecnicamente à Controladoria-Geral do Estado (CGE), tem por competência promover, no âmbito da ESP-MG, as atividades de auditoria, correição administrativa, transparência, prevenção e combate à corrupção, com as atribuições de:

I. exercer em caráter permanente as funções estabelecidas no caput, mediante diretrizes, parâmetros, normas e técnicas estabelecidos pela CGE;

II. elaborar e executar planejamento anual de suas atividades contemplando ações no âmbito da ESP-MG e da CGE;

III. acompanhar a adoção de providências constantes em documentos emitidos pela CGE, TCE-MG, Ministério Público e, quando o caso assim exigir, pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União;

IV. avaliar os controles internos e realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos;

V. fornecer subsídios para o aperfeiçoamento de normas e procedimentos que visem garantir a efetividade do controle interno;

VI. observar e fazer cumprir as diretrizes das políticas públicas de transparência e de prevenção e combate à corrupção;

VII. recomendar ao dirigente máximo da ESP-MG a instauração de tomada de contas especial, sindicâncias e processos administrativos disciplinares para apuração de responsabilidade;

VIII. coordenar a instrução de sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares;

IX. notificar o dirigente máximo da ESP-MG e a CGE, sob pena de responsabilidade solidária, sobre irregularidade ou ilegalidade de que tomar conhecimento;

X. comunicar ao dirigente máximo da ESP-MG e ao Controlador-Geral do Estado a sonegação de informações ou a ocorrência de situação que limite ou impeça a execução das atividades sob sua responsabilidade;

XI. elaborar relatório sobre a avaliação das contas anuais de exercício financeiro do dirigente máximo da ESP-MG, além de relatório e certificado conclusivo das apurações realizadas em autos de tomada de contas especial, observadas as exigências do TCE-MG.

## **3.2. Unidades de Apoio a Atividades Acadêmicas**

### ***Secretaria de Gestão Acadêmica (SGA)***

A Secretaria de Gestão Acadêmica tem por competência realizar a gestão dos processos de registro e controle acadêmico, com atribuições de:

I. responsabilizar-se pelos atos de autorização, reconhecimento e credenciamento das ações educacionais da ESP-MG, junto aos órgãos educacionais;

II. emitir documentos relativos à vida acadêmica dos discentes, bem como comprovação de participação e atuação dos profissionais prestadores de serviços educacionais;

III. orientar e desenvolver atividades pedagógicas referentes ao escopo de trabalho da gestão acadêmica, aos processos educacionais e registros escolares das ações educativas da ESP-MG;

IV. gerir os sistemas de informação relativos à gestão acadêmica, no âmbito da ESP-MG;

V. registrar e atualizar dados e informações em sistemas de informação estaduais e federais da educação, no âmbito de sua atuação;

VI. gerir o processo de revalidação de diplomas estrangeiros de cursos técnicos.

### ***Biblioteca***

A Biblioteca tem por competência a prestação de serviços bibliográficos, bem como a gestão do acervo documental com atribuições de:

I. adquirir, organizar, conservar e disseminar informações para subsidiar as atividades educacionais e de pesquisa da ESP-MG;

II. classificar e catalogar informações bibliográficas, bem como padronizar e executar os serviços técnicos de biblioteconomia;

III. atuar no planejamento e na promoção da difusão cultural e na divulgação de materiais bibliográficos;

IV. zelar pela preservação da documentação e informação institucional;

V. gerir e supervisionar a coleta, o tratamento, a recuperação, a guarda, o controle e a disseminação de informações relativas às atividades executadas pela ESP-MG, preservando a memória técnico-científica institucional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Arquivo Público Mineiro e pelo Conselho Estadual de Arquivos;

VI. promover, em conjunto com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo, a seleção, eliminação, alteração de suporte e recolhimento dos documentos produzidos e acumulados pela ESP-MG.

Em 2007, agregou à sua coleção todo o acervo da biblioteca da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e passou a contar com cerca de 9 mil materiais, entre livros, monografias e material didático produzido pela própria Escola, vários títulos relacionados ao tema saúde, fitas VHS e CD's.

Atualmente, possui em seu acervo, itens das seguintes áreas do conhecimento:

- Administração Pública;
- Direito Sanitário;
- Educação;
- Enfermagem;
- Hemoterapia;
- Organização e Administração;
- Saúde Bucal;
- Saúde da Família;
- Saúde Mental;
- Saúde Pública/Coletiva;
- Sistema Único de Saúde.

**TABELA 02: ATUAL ACERVO DA BIBLIOTECA DA ESP-MG. JUNHO/2018.**

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Qtde</b>
Qtde	1
Digital	81
Livro	8.374
Monografia	899
Periódico	54

<b>Tipo de Documento</b>	<b>Qtde</b>
Relatório	2
Tese	5
Vídeo	107

Fonte: Biblioteca ESP-MG

Para manter o acervo voltado para as necessidades da comunidade usuária, a Biblioteca aceita sugestões de novas aquisições de alunos, professores e funcionários. Anualmente a biblioteca envia uma listagem que deve ser preenchida com sugestões de livros pelos setores da ESP-MG.

Após avaliação das sugestões, a biblioteca realiza uma pesquisa em sites de livrarias e editoras, fazendo uma comparação de preços para elaboração de um orçamento, o qual será encaminhado ao setor de compras para a verificação de viabilidade. Será priorizada a compra de obras já prevista nos projetos de curso e de pesquisa.

No caso de doações, o doador deverá enviar uma listagem com o título, autor e ano do documento para a avaliação da biblioteca que irá, de acordo com os critérios de seleção, selecionar quais títulos a biblioteca possui interesse. Um termo de doação será emitido pela biblioteca e entregue ao doador.

Todo trabalho produzido e/ou publicado na ESP-MG deverá constar no acervo da biblioteca.

O acesso ao espaço físico da biblioteca é permitido a todo cidadão. Na biblioteca estão disponíveis computadores com acesso à internet e mesas para estudo coletivo. O horário de funcionamento da Biblioteca Agostinho Pestana é de segunda a sexta, de 08:00 h às 18:00 h.

O pessoal técnico-científico atualmente é formado por um bibliotecário e uma estagiária.

Abaixo, listamos os serviços ofertados pela equipe da Biblioteca:

- Empréstimo domiciliar e in loco;
- Empréstimo entre bibliotecas (PUC/UFMG/FUNED/FHEMIG/HEMOMINAS);
- Orientação à normalização bibliográfica;
- Orientação à pesquisa;
- Elaboração de Ficha catalográfica;
- Solicitação de número de ISBN e ISSN.

### **3.3. Instâncias Colegiadas e de Participação**

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) presente na estrutura organizacional da Escola desde sua autonomia em 2007, teve sua competência revista, passando a forma propositiva, consultiva

ou deliberativa nos processos de definição, avaliação e revisão das diretrizes estratégicas de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Para tanto, possui como atribuições:

- I. apreciar as ações de ensino, pesquisa e extensão e as parcerias institucionais a serem implementadas, propondo estratégias setoriais e intersetoriais de implementação no âmbito da ESP-MG;
- II. promover estratégias institucionais que estimulem a intersetorialidade, interdisciplinaridade e socialização das ações de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pela ESP-MG;
- III. participar da discussão e deliberar sobre os processos de elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão de instrumentos que orientam a atuação da ESP-MG;
- IV. definir as diretrizes de ensino, pesquisa e extensão da ESP-MG;
- V. apreciar os produtos e resultados relativos às ações de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pela Escola, considerando as diretrizes estratégicas institucionais e o cenário da área de saúde em Minas Gerais;
- VI. analisar e aprovar propostas de alteração de estrutura orgânica da ESP-MG;
- VII. julgar os recursos referentes à gestão acadêmica e deliberar sobre pareceres procedentes de seus grupos técnicos.

Além disso, o CEPEX pode instituir grupos técnicos para decidir sobre assuntos específicos. Trata-se, portanto, de uma instância decisória e colegiada, com reuniões mensais periódicas.

O CEPEX da ESP-MG é composto da seguinte maneira:

- I. o Diretor-Geral;
- II. 02 (dois) representantes de cada Superintendência (SETS, SPPGS, SPCVS e SPGS) sendo: a) o Diretor da Superintendência; e b) um servidor indicado pelos pares;
- III. o Chefe da Assessoria de Comunicação Social;
- IV. 02 (dois) dois representantes da Assessoria de Desenvolvimento Institucional;
- V. o Chefe da Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde;
- VI. o Chefe da Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VII. (01) um representante da Secretaria de Gestão Acadêmica;
- VIII. (01) um representante da Biblioteca;
- IX. (01) um representante da Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES/MG;
- X. (01) um representante indicado pelo Governador do Estado.

### **3.4. Produções e Parcerias institucionais**

A ESP-MG produz suas ações de educação e pesquisa de forma autônoma ou por meio de parcerias com outras instituições, sempre se pautando pelos princípios e diretrizes do SUS e pelo referencial ético-político-pedagógico da Educação Permanente em Saúde.

A produção autônoma se dá a partir da identificação de demandas de produção educacional e de pesquisa pelo conjunto de trabalhadores da ESP-MG podendo envolver ou não parcerias com outras instituições.

Em relação às parcerias institucionais, podem ser de diversas modalidades, sendo a Escola proponente ou participante, a saber:

- Cooperação técnica institucional;
- Convênio;
- Contrato de prestação de serviços;
- Edital de Chamamento Público;
- Outras formas de parcerias.

### **3.5. Redes Interinstitucionais**

Parte integrante do Sistema Estadual de Saúde, gerido pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), a ESP-MG também atua em consonância com os objetivos e diretrizes estratégicas constantes na Política Estadual de Saúde. Sendo assim, a produção de suas ações de ensino e pesquisa estão alinhadas com a gestão do SUS no estado de Minas Gerais. Juntamente com FHEMIG, FUNED e HEMOMINAS, constitui o conjunto de instituições vinculadas à SES/MG, cabendo à ESP-MG atuar no planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas ao ensino, à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento institucional e de recursos humanos no âmbito do SUS/MG.

Em especial, destaca-se o apoio da ESP-MG à SES/MG na gestão e coordenação da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde, participando ativamente da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) do Estado de Minas Gerais.

Além disso, a ESP-MG tem sua atuação pautada por outras articulações interinstitucionais. Nesse sentido, tem participado ativamente nos últimos anos de três redes de grande relevância em seu âmbito de ação:

- Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (REDESCOLA);
- Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS);
- Rede Nacional de Escolas de Governo.

### 3.6. Corpo Discente

Os alunos da ESP-MG são trabalhadores e gestores do SUS em Minas Gerais, bem como agentes sociais que atuam em defesa do sistema de saúde brasileiro, como por exemplo, conselheiros de saúde. A definição do público participante ocorre para cada uma das ações considerando processo de qualificação da demanda de qualificação identificada.

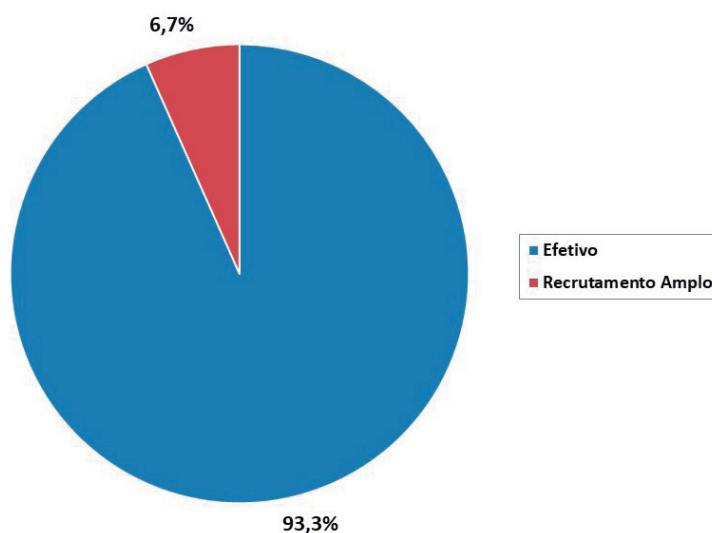
As entradas possíveis variam de acordo com o projeto político pedagógico de cada ação educacional e podem ocorrer por meio de:

- Editais públicos de seleção de alunos;
- Identificação de público específico segundo variáveis (por exemplo: categoria profissional; município, área ou órgão de atuação, entre outros).

### 3.7. Caracterização do Quadro de Pessoal

A ESP-MG conta com um quadro de pessoal formado por 90 (noventa) servidores públicos (efetivos ou de recrutamento amplo)<sup>2</sup>. A grande maioria desses servidores públicos, representando 93,3% (n=84) deles, é efetiva, tendo ingressado no executivo estadual por meio de concurso público. O restante é de recrutamento amplo, possuindo cargos em comissão para atuação na instituição.

**FIGURA 05: DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ESP-MG POR TIPO DE INGRESSO - DEZ/2017.**



Fonte: Elaboração própria.

Para ingresso na ESP-MG como servidor público efetivo existem duas carreiras regulamentadas pela Lei nº 15.462 de 13 de janeiro de 2005: Analista de Educação e Pesquisa (cargo de nível superior) e Técnico de Educação e Pesquisa (cargo de nível médio e/ou técnico). (MINAS GERAIS, 2005). Além

2. Dados referente ao mês de dezembro de 2017. Fonte: DRH/SGPS

disso, o quadro de pessoal é complementado com servidores públicos de outras carreiras vinculadas à órgãos do executivo estadual, como, por exemplo, a SES-MG.

**TABELA 03: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA ESP-MG POR CARREIRA DO EXECUTIVO ESTADUAL – DEZ/17.**

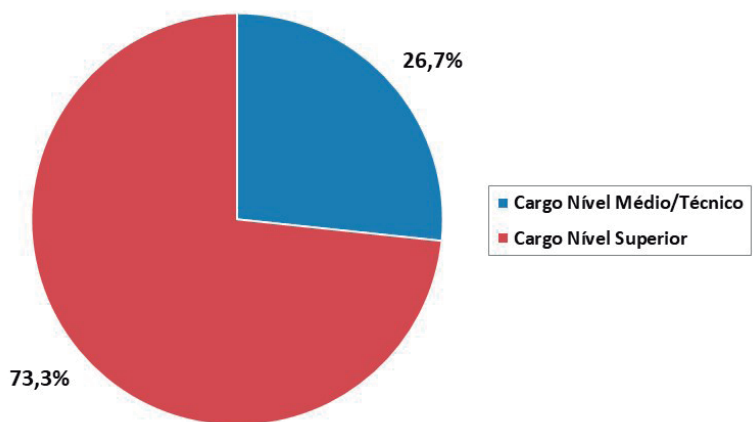
<b>Nível</b>	<b>Cargo</b>	<b>Órgão Origem</b>	<b>Nº de servidores</b>
<b>Superior</b>	Analista de Educação e Pesquisa	ESP-MG	49
	Especialista em Políticas e Gestão da Saúde	SES-MG	09
	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	SEPLAG	02
	Analista de Atenção à Saúde	SES-MG	01
	Analista Educacional	SEE	01
	Analista Executivo de Defesa Social	SEDS	01
	Auditor	CGE	01
	Gestor Governamental	SEPLAG	01
<b>Médio/ Técnico</b>	Técnico em Educação e Pesquisa em Saúde	ESP-MG	16
	Assistente de Gestão e políticas Públicas em Desenvolvimento	SEDESE	01
	Auxiliar de Serviços Operacionais	SEDESE	01
	Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia	FJP	01

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à escolaridade exigida para os cargos, observa-se que a maior parte dos servidores públicos que compõe o quadro de pessoal da ESP-MG possui cargo com a exigência mínima de curso superior (73,0%).



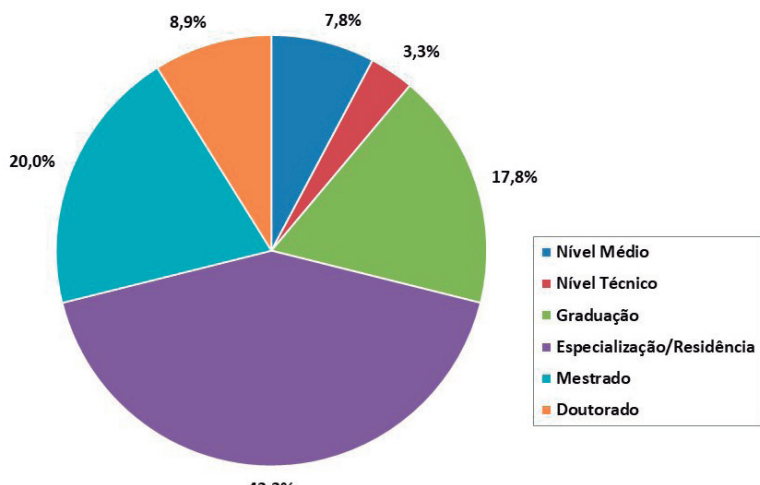
**FIGURA 06: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (EFETIVOS E RECRUTAMENTO AMPLO) DA ESP-MG POR NÍVEL DO CARGO - DEZ/2017.**



Fonte: Elaboração própria.

Independentemente das exigências mínimas para ingresso nas carreiras dos servidores públicos que compõem a ESP-MG, cabe destacar o seu grau de titulação máxima. Tratam-se de dados relativos ao conjunto de trabalhadores da instituição que detêm cargo público, excluindo-se os trabalhadores terceirizados que atuam na prestação de serviços de apoio.

**FIGURA 07: PERCENTUAL DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ESP-MG SEGUNDO TITULAÇÃO MÁXIMA - DEZ/2017.**



Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se, também, a distribuição desses servidores (efetivos e recrutamento amplo) entre as unidades administrativas da ESP-MG (tabela 03).

**TABELA 04: DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA DA ESP-MG – DEZ/17.**

<b>Unidade Administrativa</b>	<b>Nº de servidores</b>	<b>%</b>
<b>Superintendências Temáticas:</b>		
- Educação e Trabalho em Saúde	40	44,4%
- Política, Planejamento em Saúde		
- Promoção, Cuidado e Vigilância		
<b>Superintendência de Planejamento, Gestão e Financiamento</b>	27	30,0%
<b>Assessorias:</b>		
- Comunicação Social	14	15,6%
- Desenvolvimento Institucional		
- Jurídica		
- Tecnologia da Informação e Comunicação		
- Tecnologias Educacionais em Saúde		
<b>Unidades de Apoio Acadêmico:</b>		
- Biblioteca	06	6,7%
- Secretaria de Gestão Acadêmica		
<b>Unidade Setorial de Controle Interno</b>	03	3,3%
<b>Total</b>	90	100%

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, cabe destacar que além do quadro de servidores públicos, compõe a força de trabalho da ESP-MG 42 (quarenta e dois) funcionários terceirizados<sup>3</sup> que atuam nas atividades de limpeza, recepção, transporte e apoio logístico, bem como menores-aprendizes e estagiários de graduação e nível técnico em formação.

### **Corpo Docente**

O corpo docente da ESP-MG é formado por servidores públicos em exercício na instituição, por docentes contratados e por docentes convidados.

A ampliação do quadro próprio de docentes composto por servidores públicos efetivos foi objeto de desenvolvimento institucional nos últimos anos e oportunizada pela realização de 02 (dois) concursos públicos nos anos de 2009 e 2013 para as carreiras próprias da ESP-MG.

3.Dados referente ao mês de dezembro de 2017. Fonte: DRH/SGPS.

Ao mesmo tempo, a ESP-MG manteve o modelo de captação de docentes via contratação temporária de pessoa física, dado o quantitativo e a especificidade das ações de formação e qualificação demandadas. A seleção de docentes ocorre com base em critérios objetivos por meio de Editais de Credenciamento de Pessoa Física para preenchimento de vagas de disciplinas das ações educacionais, sendo regulamentada pela Portaria nº 29, de 10 de outubro de 2017 (MINAS GERAIS, 2017). Somente em 2017, a ESP-MG mantinha contratos de execução de atividade educacional com 115 docentes das mais variadas áreas de atuação no campo da saúde coletiva e em diversos municípios do Estado de Minas Gerais.

Uma outra forma de captação de docentes ocorre por meio de convites por parte das coordenações das ações educacionais, dada a estreita vinculação com o trabalho em saúde que tais ações da ESP-MG devem possuir. Dessa forma, é possível contar com a experiência de trabalhadores que atuam na gestão e na implementação das políticas de saúde.

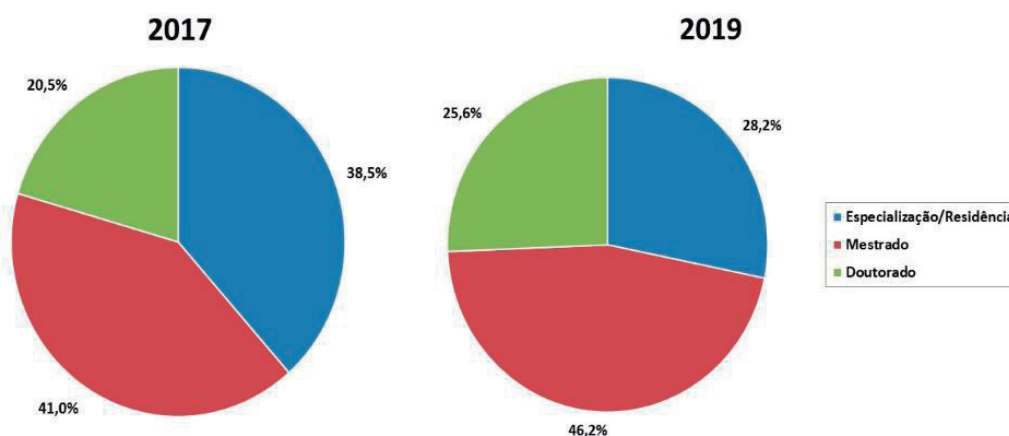
A seguir, apresenta-se caracterização do quadro próprio de docentes da ESP-MG, composto por servidores públicos em exercício na instituição. Esses docentes também atuam na formulação, coordenação e implementação de ações de ensino e pesquisa, sendo responsáveis pela produção e sistematização do conhecimento institucional.

Do total de 90 servidores públicas da ESP-MG, 39 deles (43,3%) atuam em atividades docentes nas ações de educação promovidas pela instituição. Esse percentual aumenta se considerarmos o conjunto de servidores com cargo de nível superior, passando a representar uma parcela de 59,1%. Esse cenário vem se incrementando a cada ano, resultado do processo de desenvolvimento institucional e mudança dos processos de trabalho na ESP-MG.

A maioria desses docentes (89,7%) estão lotados nas Superintendências Temáticas, unidades administrativas responsáveis pela produção das ações de educação e pesquisa e na Assessoria de Tecnologias Educacionais em Saúde, responsável pela implementação das ações de educação à distância.

Com relação à titulação desse corpo de docentes próprios, é visível a ampliação de sua qualificação, sendo possível observar a expectativa de aumento da formação *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado) entre os docentes do quadro próprio (figura 08). A perspectiva de aumento de quase 20% do quantitativo desses trabalhadores com a formação *stricto sensu* como titulação máxima, considerando as formações em andamento com previsão de término em 2019, o que demonstra seu crescente desenvolvimento profissional e acadêmico.

**FIGURA 08: DISTRIBUIÇÃO (%) DE DOCENTES SERVIDORES PÚBLICOS DA ESP-MG SEGUNDO TITULAÇÃO MÁXIMA EM 2017 E PERSPECTIVA PARA 2019.**



Fonte: Elaboração própria.

### 3.8. Infraestrutura Física

A ESP-MG possui duas unidades físicas, localizadas no Bairro Barro Preto, no município de Belo Horizonte/MG.

A Unidade Sede da ESP-MG, inaugurada em 1959 e localizada Avenida Augusto de Lima, nº 2.061, possui 02 (dois) pavimentos e conta com a seguinte estrutura:

- Recepção e hall de entrada;
- 08 salas de aula (contendo quadro branco; computador; televisão e/ou projetor);
- 01 Laboratório de Informática com 21 computadores;
- Auditório com equipamento de (capacidade até 150 pessoas);
- Biblioteca;
- Sala de apoio ao docente e ao aluno
- 10 salas da administração institucional: Diretoria-geral, Superintendências, Assessorias, Diretorias e Coordenações;
- Refeitório;
- Sanitários (1º e 2º pavimento);
- Almoxarifado;
- Jardim de Inverno.

Enquanto a Unidade Geraldo Campos Valadão, situada à Rua Uberaba, nº 780, conta com 04 (quatro) andares e possui a seguinte estrutura:

- Recepção;
- Secretaria de Gestão Acadêmica;
- 08 salas de aula (contendo quadro branco; computador; televisão e/ou projetor);
- 02 Laboratórios de Informática com 18 computadores cada;
- Laboratório Multiprofissional de Habilidades em Saúde;
- 01 mini-auditório (capacidade 60 pessoas)
- 04 Salas da administração institucional: Superintendências e Assessorias.
- Refeitório;
- Reprografia;
- Arquivo Permanente;
- Sanitários (02 por andar);
- Sala de apoio ao docente e ao aluno.



**III  
PERFIL  
INSTITUCIONAL  
ESTRATÉGICO**

### III. PERFIL INSTITUCIONAL ESTRATÉGICO

#### 4. Desenvolvimento Institucional na ESP-MG: Refazendo Caminhos<sup>4</sup>

##### 4.1 Antecedentes

No final de 2010, a ESP-MG passava por um momento de transição, com mudança de sua direção-geral, e também com flutuação significativa do seu corpo técnico-administrativo, devido à entrada de novos concursados e à saída de antigos trabalhadores contratados. Esse movimento fez emergir conflitos entre setores e trabalhadores, que podem ser explicados pelas distintas formas de vínculo, bem como a outros fatores. Tal cenário expresso pela tensão entre o novo e o antigo trabalhador, contribuiu em grande medida para a perda de parte de conhecimentos teóricos e práticos acumulados ao longo de anos pela Instituição.

Nesse ponto, podemos considerar que parte da memória institucional foi perdida, trazendo implicações para a estabilidade da identidade da Escola, na medida em que se compreende que os registros memoriais, subjetivos ou não, compõem a identidade e a coesão interna da coletividade (RIBEIRO; BARBOSA, 2005).

As mudanças de gestão ocorridas na ESP-MG à época, somadas à perda de trabalhadores que fizeram parte da construção da identidade social da Escola, trouxeram à tona perguntas como: *“Qual o papel da ESP? Qual a razão de sua existência? O que representa no sistema de saúde mineiro e brasileiro? Quais são as bases que sustentam a sua credibilidade ou sua fragilidade no setor saúde?”*

Nesse contexto, coube especialmente ao grupo de servidores recém concursados a tarefa de buscar compreender o contexto de inserção da ESP-MG, qual era sua missão, suas fragilidades e potencialidades. Na maioria das vezes, essa compreensão se dava por meio da escuta a antigos servidores efetivos, da percepção de atores externos, das relações interinstitucionais estabelecidas e também por meio das características e natureza das demandas que eram apresentadas à Instituição.

Se, por um lado, naquele momento a Escola vivenciava certo descolamento de sua história em relação ao presente, por outro, algumas perguntas ainda sem resposta deslocavam os novos trabalhadores para um espaço de criação e proposição de novas formas de se fazer educação, saúde e também processos administrativos. Entende-se, então, que se iniciava aí a construção de uma nova faceta da identidade da Escola.

Em 2012, adotando o referencial do planejamento estratégico, a gestão da ESP-MG revisava sua missão, visão e valores em oficinas envolvendo parte dos trabalhadores da instituição. Nota-se que o gru-

4. Texto adaptado de ROCHA et al (2015).

po fomentador dessa discussão já entendia e reconhecia que qualquer desenvolvimento institucional deveria ser produzido com algum nível de participação dos trabalhadores.

Esse processo teve continuidade com a elaboração e aprovação de financiamento do projeto “*Consolidação da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) como referência na educação em saúde*”, denominado, posteriormente, como Projeto ESP-XXI. Realizado por meio de cooperação técnica internacional com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o projeto era considerado estruturante para a instituição visto que se traduzia como um movimento contínuo de ressignificação, reflexão e reconstrução acerca da própria Escola. Também era reconhecido como dispositivo de potencialização do planejamento pedagógico, da gestão de processos, da valorização da memória institucional e ampliação dos espaços decisórios, traduzindo-se na mobilização permanente do coletivo de trabalhadores. Dentro dessa lógica, ele se corporificaria, a partir de então, como disparador de todas as discussões que permeiam o desenvolvimento institucional na ESP-MG.

Para a gestão e operacionalização do projeto, optou-se por um modelo coletivo, com o envolvimento direto de trabalhadores na gestão e desenvolvimento das atividades previstas. Acreditava-se que tal estratégia potencializaria os efeitos do projeto na instituição e contribuiria para que os resultados alcançados se tornassem permanentes. Para os servidores esta proposta, por um lado, representava a possibilidade de mudança e de discussão sobre o seu próprio trabalho. Por outro lado, observou-se relevante distanciamento e incipiente apropriação do projeto por parte do corpo de trabalhadores.

Em meados de 2014, com a chegada de mais um conjunto de novos servidores concursados, as discussões, inquietações e reflexões sobre os caminhos da Escola foram intensificadas. Contudo, faltava ainda clareza de algumas direcionalidades como, por exemplo, os referenciais teóricos-metodológicos que apoiariam as propostas de mudança. Havia certo entendimento de que a educação permanente em saúde (EPS) seria uma das possibilidades para o Desenvolvimento Institucional, ainda que o grupo não possuísse uma compreensão aprofundada sobre as implicações da adoção deste referencial para a Escola.

Neste contexto, a ESP-MG realizou, em dezembro de 2014, o seminário intitulado “*Diálogos e Afetos na Formação para o Trabalho no SUS*”, pensado como mais um momento para discussão, coleta de subsídios e reflexões sobre o processo de trabalho na Escola e identidade institucional. Não ao acaso, foram definidos como pilares deste encontro: a integração ensino-serviço; a educação permanente em saúde e a educação à distância. Foram propiciadas discussões que buscaram contemplar a perspectiva teórico-conceitual de EPS, reconhecendo a Escola como espaço legítimo de saberes e práticas.

Ao final do seminário, foi reservado ainda um período para a realização de uma roda de conversa onde se discutiria os modos de se conectar os debates recentes do Seminário e as discussões e alinhamentos sobre o desenvolvimento institucional que vinham sendo realizadas. Entre as questões trabalhadas, destacaram-se: “*Qual a Escola que temos? Qual a Escola que queremos construir? Quem são*



*os verdadeiros parceiros? Quem são os ‘agentes’ ativos deste processo”? Nosso corpo técnico está articulado em alguns eixos comuns sobre a Escola para a Saúde Pública/Saúde Coletiva? Reconhecemos que há vários fragmentos no modo de fazer as práticas cotidianas no âmbito da ESP-MG? Somos agenciadores de mudanças nos serviços de saúde? É possível a escola refletir sobre a sua prática e o seu lugar enquanto espaço de produção de conhecimento? A Escola vem conseguindo traduzir as necessidades e as demandas dos serviços de saúde, viabilizando a integração-ensino?”*

Vários desses questionamentos demonstravam a condição polissêmica vivenciada pelos trabalhadores em seus processos de trabalho, delineados por muros tanto reais quanto imaginários. Diante dessa complexidade, fazia-se necessário a captura dos diversos saberes que permeavam as práticas na Escola, visando a interlocução dos diversos referenciais teórico-metodológicos e o alinhamento a uma perspectiva de porosidade (CECCIM, 2005; GUIZARDI; CAVALCANTI, 2010), que procura desconstruir os vícios de algumas práticas fragmentárias instituídas que impedem o encontro e o movimento de forças instituintes, potencializadoras do trabalho coletivo.

## **4.2. Processo de Construção**

No início de 2015, o projeto ESP-XXI foi transformado na principal estratégia de gestão da Escola. Nesse sentido, promoveu-se sua reorientação, por meio da ampliação da participação dos trabalhadores nas frentes de trabalho do projeto e articulação dos seus objetivos, resultados e atividades às diretrizes da nova gestão da instituição e ao entendimento mais ampliado de desenvolvimento institucional galgado pela acumulação que as discussões e alinhamentos realizados até então proporcionaram. Além disso, buscou-se articular e ressignificar a representatividade de todas as atividades, frentes e grupos de trabalho temáticos, considerando que todos integravam e representavam o processo de desenvolvimento institucional da ESP-MG.

A trajetória acima descrita e o novo modelo de gestão implementado potencializou o (re)fazer ‘caminhos’ a partir de referenciais teórico-metodológicos como a EPS (CECCIM; FEURWERKER, 2004; CECCIM, 2005) e a Cogestão (GUIZARDI; CAVALCANTI, 2010; CUNHA; CAMPOS, 2010) pautando-se em princípios como a autonomia e a alteridade e em dimensões técnico-ético-políticas e pedagógicas de maneira a se libertar dos aspectos dominantes relacionados a um determinado saber hegemônico. Neste contexto, reafirmaram-se os pilares da educação permanente: gestão, ensino, atenção e controle social (CECCIM; FEURWERKER, 2004) traduzidos na possibilidade de consolidar mudanças anteriormente consideradas distantes da realidade da ESP-MG.

A escuta e o diálogo com os trabalhadores ganharam caráter transversal às frentes do ESP-XXI, bem como aos diversos espaços de discussão no âmbito da Escola, ancorados pelas forças instituídas e instituintes. Várias iniciativas de fortalecimento da instituição foram sendo discutidas e implementadas, dentre elas o Planejamento do Sistema Estadual de Saúde 2015/2018, a aproximação da ESP-MG e sua articulação com instituições parceiras e movimentos sociais e a implementação de vários grupos e frentes de trabalhos discutindo temáticas transversais ao Desenvolvimento Institucional.

Nesse contexto, uma das frentes de trabalho se voltava à construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político Pedagógico (PPP), com o seguinte entendimento referente a esses instrumentos:

Desde o início das atividades do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Institucional (GT-DI), havia clara preocupação com a definição de premissas, diretrizes e requisitos que pudessem qualificar a produção do PDI e, por conseguinte, do PPP, entendido como um recorte aprofundado do PDI.

### **PDI**

Dispositivo de gestão e planejamento que constitui a identidade de uma instituição, a partir da missão, da visão e da filosofia de trabalho. Orienta a estrutura organizacional, as ações e as estratégias para alcançar os objetivos, as diretrizes, os indicadores e as metas institucionais.

### **PPP**

Em sintonia com a missão, a visão e os valores da Escola, abrange as concepções educacionais, as metodologias de ensino e aprendizagem, o modelo curricular, o processo de avaliação, entre outros.

Nesse sentido, o processo de trabalho desse grupo se pautou em uma discussão aprofundada sobre seu próprio escopo de atuação enquanto subprojeto em um processo articulado à reflexão sobre a própria Escola, por meio da análise de documentos institucionais e produção de sínteses. Assim, os participantes do GT-DI foram gerando e acumulando a discussão de pontos estratégicos e carentes de aprofundamento/reflexão no processo de DI da ESP-MG, o que apontava para a necessidade de reorganização institucional.

No processo de reorientação do Projeto ESP-XXI, esse grupo foi provocado a atuar para além da construção desses documentos, tendo como foco a noção que o Desenvolvimento Institucional da Escola era fruto da atuação cotidiana de cada trabalhador envolvido em diferentes iniciativas, grupos e frentes de trabalho. Nesse escopo mais ampliado, reconhecendo a importância de compartilhar e integrar produtos e ações de DI, o GT-DI passou a realizar atividades com este propósito. O cronograma de trabalho e organização de suas atividades, no processo de produção do PDI e PPP, passa, então, a contemplar tarefas da seguinte natureza: consolidação de diagnóstico situacional da Escola e de estratégias de divulgação/publicização deste; desenvolvimento de estratégias de mobilização/sensibilização do corpo de trabalhadores no DI; oportunidade de espaços e contextos que facilitem a integração e articulação das frentes/grupos de trabalho e identificação de metodologias e possibilidades para o aprofundamento de discussões e temáticas referentes ao desenvolvimento institucional.

### **4.3. Matriz de Diagnóstico**

Na centralidade dessa nova lógica, o grupo trabalhou intensamente na sistematização de um diagnóstico das demandas institucionais, a partir da análise de alguns documentos construídos em momentos diversos de discussão coletiva, na ESP-MG, entre os anos 2014 e 2015:

- Relatório do Seminário Diálogos e afetos na Formação para o Trabalho no SUS, (2014);
- Relatório das Oficinas de Acreditação Pedagógica do Curso de Especialização em Saúde Pública (2014/2015);
- Balanço de Políticas Públicas (2015); e
- Enquete sobre a opinião de atores de instituições externas à ESP-MG (2015).

A partir da análise documental, as informações foram sistematizadas em uma matriz de diagnóstico com 7 (sete) eixos temáticos.

A matriz contempla a síntese de discussões coletivas e conformam um diagnóstico situacional da ESP-MG no período compreendido entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, organizando as informações em sete eixos temáticos e suas respectivas sínteses, a saber:

#### **1. Concepções de educação e pesquisa**

Concepções e os modelos de educação e de pesquisa que orientam as ações desenvolvidas na Escola; a necessidade de discussão e de aprofundamento sobre a EPS e sobre os nossos referenciais de Educação e Saúde Coletiva; e as formas de articulação entre as ações de educação e pesquisa na instituição.

#### **2. Identidade institucional**

Aspectos relacionados à missão institucional; construção da imagem da ESP-MG pelos servidores e pelos parceiros externos; relação com os demandantes das ações educacionais; construção de parcerias setoriais e intersetoriais; e articulação com a sociedade em geral.

#### **3. Eixos de atuação institucional**

Objeto de trabalho da Escola; a possibilidade de definição dos seus eixos de atuação no ensino e na pesquisa e as suas relações com o acolhimento das demandas; e as estratégias de fortalecimento da atuação da Escola nas áreas de Saúde Coletiva e de EPS.

#### **4. Dispositivos de gestão**

Aspectos relacionados à gestão participativa; à implementação dos projetos de desenvolvimento institucional; e à necessidade de criação de espaços coletivos de produção.

## **5. Gestão de pessoas**

Questões como a fragilidade e a insuficiência do quadro de docentes da Escola; a necessidade de construção de projeto para fortalecimento do quadro técnico e de docentes da instituição; inadequação do Plano de Carreira em relação às especificidades institucionais; e a situação da gestão de recursos humanos na instituição.

## **6. Gestão educacional e acadêmica**

Lugar da Escola na concepção e na gestão das ações educacionais; os desafios na construção, no desenvolvimento e na avaliação dessas ações; as interfaces das ações da ESP-MG com as necessidades municipais e regionais; e os desafios da gestão acadêmica na instituição.

## **7. Infraestrutura e gestão de processos**

Questões gerais relacionadas à fragilidade da tecnologia da informação na Escola; deficiência na construção e no desenvolvimento de processos de trabalho jurídico-administrativos adequados às especificidades da Escola; os processos de contratação de docentes; as formas de gestão de contratos; e os modos de articulação entre os setores da instituição.

Posteriormente, para cada eixo temático identificado foram explicitados, a partir de uma metodologia participativa, pontos críticos e desafios, bem como proposições de estratégias e recomendações de atuação que contribuiriam para a superação dos desafios encontrados.

O diagnóstico produzido, para além de encerrar-se em si mesmo, possuiu um caráter propositivo e convocava cada sujeito e cada coletivo da Escola a responder se o que se encontra ali proposto é suficiente para responder aos problemas relacionados àquele eixo temático. Assim, essa matriz de diagnóstico se constituiu como ferramenta de referência para a tomada de conhecimento e discussão de forma mais aprofundada dos principais desafios da Escola, identificação de potências, planejamento e implantação de estratégias definidas.

Como estratégia de disseminação do diagnóstico produzido, buscou-se implementar um plano de comunicação que se apoiasse na discussão coletiva dos seus elementos por parte dos trabalhadores da instituição. Para isso, optou-se por construir uma identidade visual que expressasse a riqueza e diversidade das questões que a matriz apresentava.

Assim, os eixos temáticos se transformaram em 7 (sete) eixos de desenvolvimento institucional, integrados em um heptágono que passou a ser a imagem-síntese do DI da ESP-MG (figura 09).

Nesta imagem-síntese, os eixos de desenvolvimento institucional estão representados em cada vértice do heptágono. A escolha de uma única representação geométrica evoca o sentido de unicidade e repele a lógica de fragmentação. Ao mesmo tempo, a eleição de um polígono se conecta à ideia de complexidade vinculada aos múltiplos lados e ao sentido de pontos interconectados, interligados e

interdependentes. Como estratégia comunicacional, os elementos de cada um dos eixos foram sistematizados em folders para serem trabalhados junto com a imagem-síntese.

**FIGURA 09 - PENTÁGONO, IMAGEM-SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA ESP-MG.**



### **Plano de Desenvolvimento Institucional**

Fonte: ASCOM/ESP-MG.

## **5. Missão Institucional**

### **5.1. Processo de Construção**

Como continuidade das ações de desenvolvimento institucional, também se iniciou um processo de revisão da missão institucional da ESP-MG, finalizado em 2016, que se deu sob a coordenação do GT-DI, tendo como princípios norteadores a construção compartilhada, em um contexto de gestão participativa, e o referencial da EPS.

Cabe ressaltar que outros processos que estavam ocorrendo na instituição potencializaram o caráter participativo dessa experiência, como por exemplo, a realização da Capacitação Pedagógica que envolveu todos os trabalhadores da Escola.

Esse processo de revisão da missão ocorreu em seis etapas:

#### **Etapa I: Experimentação da metodologia (Cecílio,2000)<sup>5</sup>**

Foi realizada em outubro e dezembro de 2015 oficinas, mediadas pelo professor Tulio Franco, que tinham como pressuposto revelar o processo de trabalho considerando que o mesmo se organiza

5. Para maiores detalhes da metodologia empregada ver: CECILIO, L.C. Trabalhando a missão de um hospital como facilitador da mudança organizacional: limites e possibilidades. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(4):973-983, out-dez, 2000

necessariamente em rede, e nas linhas de experimentação que cada projeto proporciona aos que o desenvolvem e colocar em análise as experiências cotidianas de desenvolvimento dos projetos, atividades, práticas da ESP-MG, que seus protagonistas considerassem relevantes.

As discussões surgidas dos encontros trouxeram, no entanto, novos contornos às oficinas, no sentido da construção de produtos mais operativos, sendo um deles a experimentação da metodologia de construção da missão institucional proposta por Cecílio (2000). A partir disso, um dos encaminhamentos da oficina foi a realização de oficinas futuras com todo o corpo de trabalhadores da ESP para a revisão da missão.

## **Etapa II: Discussão dos elementos da missão institucional nos Conselhos Setoriais**

Essa metodologia compreende que a missão institucional é composta por 04 elementos: produtos, características dos produtos, público e resultados (CECÍLIO, 2000):

Produtos: O que a instituição entrega para o público-alvo com a operacionalização de seus processos. São as entregas finais que caracterizam a existência da instituição na sociedade.

Características do produto: Está relacionado com a qualidade que se espera dos produtos entregues pela instituição. Uma forma de se identificar as características qualidade seria se perguntar:

Clientela/Público-alvo: Quem recebe os produtos da instituição e se beneficia diretamente desta entrega?

Resultados: Está relacionado com o que se espera alcançar com os produtos da instituição. Podemos relacioná-los também à função ou papel social da instituição no caso da administração pública.

Nesse sentido, foi realizada discussão nos conselhos setoriais em torno desses elementos com participação, portanto, de todos os trabalhadores.

## **Etapa III: Consolidação e categorização**

O GT-DI sistematizou e categorizou as contribuições surgidas nos conselhos setoriais e produziu quatro tabelas referentes aos quatro elementos da missão que foram utilizadas nas oficinas na etapa IV.

## **Etapa IV: Realização de oficina com todos os trabalhadores**

Foi realizada oficina com pequenos grupos em agosto de 2016, garantindo a participação de todos os trabalhadores da ESP-MG, com a mediação de um representante do grupo DI. Essa oficina utilizou como subsídio para a discussão as contribuições advindas dos debates nos conselhos setoriais e consolidadas pelo grupo DI em torno dos quatro elementos da missão, sendo, portanto, um segundo momento de aproximação do trabalhador da ESP à reflexão sobre o fazer da instituição.

## **Etapa V: Elaboração do texto final**

A elaboração do texto final se deu em vários encontros de trabalho do GT-DI que buscou garantir na escrita os aspectos consensuados nos diversos debates ocorridos na oficina da etapa IV.

## **Etapa VI: Construção do material de divulgação**

O GT-DI optou por construir um material de divulgação composto por uma marca ou imagem que representasse a nova missão institucional e um vídeo que comunicasse aspectos subjetivos desse processo de revisão como: o movimento permanente entre as ideias e conceitos subjacentes ao próprio texto da missão; a interseção entre esses conceitos e sua capacidade de interagirem entre si; a conexão entre os quatro elementos da missão que fazem da Escola um local rico de produção de conhecimento e atuação no SUS, dentre outros aspectos.

As oficinas propiciaram debate sobre elementos da missão entre trabalhadores de diferentes inserções na instituição. Na reflexão sobre o que produzimos, foram destacadas as ações de educação e pesquisa e um maior protagonismo da ESP-MG na Política de EPS. Foi consenso a necessidade de aproximar ações de educação e pesquisa das demandas dos trabalhadores, usuários e gestores do SUS e serem orientadas pelo referencial da EPS.

Os debates sobre nosso público evidenciaram que as ações de educação e pesquisa são desenvolvidas com participação não apenas de profissionais de saúde, mas também de lideranças comunitárias, gestores e profissionais de outros setores. A discussão sobre o que pretendemos alcançar como Escola foi marcada pela centralidade da instituição no fortalecimento do SUS. A síntese produzida da missão foi *“Fortalecer o SUS, produzindo e disseminando conhecimento, junto a usuários, trabalhadores e gestores do SUS, por meio de ações educacionais e de pesquisa, com a Educação Permanente em Saúde como referencial político-pedagógico”*.

Em colaboração com a Assessoria de Comunicação, foi elaborado material audiovisual para divulgação. O processo de (re)construção da missão institucional apoiado nos referenciais da EPS e gestão participativa possibilitou a produção de projeto comum de Escola entre trabalhadores e gestores, fortalecendo uma identidade coletiva na ESP-MG. A construção da missão, como processo dinâmico, não encerra em si mesmo.

Nesse sentido, a imagem que a expressa baseou-se na noção de rizoma, que cresce na multiplicidade de conexões entre os conceitos implicados com a missão institucional e, em um sistema aberto, constitui linhas independentes que proliferam sentidos e multiplicam significados. Expressar os objetivos de uma instituição em uma missão não significa restringir sua atuação, entretanto, seu estabelecimento deve ser valorizado para que o caminhar não seja fruto do acaso, como salienta Cecílio (2000). Fica como desafio incorporar e ativar o referencial da EPS nas ações educacionais e de pesquisa, bem como criar estratégias que permitam avaliar a contribuição da Escola no fortalecimento do SUS<sup>6</sup>.

6. Adaptado de MACIEL et al (2017).





## 6. Eixos e Objetivos Estratégicos de Atuação

Tendo em vista todo o processo de desenvolvimento institucional da ESP-MG relatado anteriormente e a grande produção das frentes de trabalho vinculadas ao projeto ESP XXI, foram discutidos e priorizados os objetivos estratégicos institucionais para os próximos cinco anos, a partir de reuniões realizadas com a participação dos trabalhadores da ESP. Os objetivos foram agrupados em categorias que serão descritas a seguir:

### Eixo I – Ampliação da Produção Institucional (Educação e Pesquisa):

Nesta categoria, foram agrupados os objetivos e metas que contribuirão para a ampliação da oferta de ações educacionais e de pesquisa pela ESP-MG, seja pela ampliação da descentralização das ações, seja pelo fortalecimento da educação a distância, para sua capilarização em todo o território do estado.

#### QUADRO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – EIXO I

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
Oe1	Fortalecer a Educação a Distância	A utilização das tecnologias digitais da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem possibilita atingir alunos dispersos geograficamente em nosso estado com dimensões territoriais significativas, contribuindo assim para efetivação da missão da ESP-MG. Este fortalecimento se dará por meio da ampliação da oferta de cursos em EaD e consolidação do portfólio de cursos ofertados a distância.
Oe2	Descentralizar pós-graduação lato sensu	Atualmente, a ESP-MG possui autorização para realizar as turmas de pós-graduação lato sensu apenas no município de Belo Horizonte. Neste sentido, a instituição buscará, junto aos órgãos educacionais reguladores do Estado, a autorização para oferta de turmas neste nível educacional nas diversas regiões do Estado. Além disso, é necessário buscar uma estrutura de apoio a estas turmas descentralizadas.
Oe3	Descentralizar oferta de cursos livres de curta duração	Deverão ser criadas estratégias para a oferta de turmas de curta duração de forma descentralizada no território do estado, facilitando o deslocamento e participação de alunos do interior.
Oe4	Ofertar portfólio contínuo de ações educacionais	Para além dos cursos que a ESP-MG oferta sistematicamente, faz-se necessária a definição de um portfólio de ações educacionais estratégicas para o SUS, com oferta regular e contínua.

### QUADRO DE METAS – EIXO I

Meta	Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
M1	Alunos qualificados por EaD*	2.000	2.500	3.000	3.500	4.000
M2	Turmas de Especialização fora de Belo Horizonte*	-	-	1	2	2
M3	Turmas de Curso Livre fora de Belo Horizonte*	5	10	15	20	25
M4	Ações educacionais estratégicas ofertadas de maneira contínua*	3	4	5	5	5

\* Obs.: Metas cumulativas.

### ***Eixo 2 – Modernização dos processos de gestão voltados ao alcance da missão institucional***

Nesta categoria, foram agrupados os objetivos e metas referentes aos processos de gestão que dão suporte ao cumprimento da finalidade da instituição:

### QUADRO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – EIXO II

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
Oe5	Implantar novo modelo de credenciamento de docentes	O modelo hoje adotado pela ESP-MG, além de burocrático, tem se mostrado pouco eficaz na seleção dos profissionais mais adequados para atuação nas ações educacionais ofertadas. Assim, deverá haver a proposição e a implantação de um novo modelo de credenciamento que considere os seguintes aspectos: político- institucional, jurídico-normativo, processual e instrumental.
Oe6	Modernizar a Gestão Acadêmica	Para viabilizar o alcance de outros objetivos estratégicos já descritos e inovar o processo que hoje é realizado, deve haver uma modernização e informatização da gestão acadêmica, com foco na desburocratização processual e implantação de um sistema eletrônico de Gestão Acadêmica.

### QUADRO DE METAS – EIXO II

Meta	Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
M5	Novo modelo de credenciamento de docentes implantado	I modelo apresentado	I modelo implantado	I modelo implantado	I modelo implantado	I modelo implantado
M6	Sistema eletrônico de Gestão Acadêmica implantado	-	I sistema implantado	I sistema implantado	I sistema implantado	I sistema implantado

### Eixo 3 – Fortalecimento da Gestão de Pessoas

Recentemente, a instituição definiu, no âmbito do Projeto ESP XXI, sua Política de Gestão de Pessoas (PGP), que tem como objetivo definir as premissas e as diretrizes necessárias para o desenvolvimento dos trabalhadores, conforme o papel que esses desempenham na instituição. A PGP tem como foco a gestão democrática e participativa, buscando ressaltar as pessoas como fator chave para o alcance dos objetivos institucionais (MINAS GERAIS, 2018c). Para sua implementação efetiva, foi elaborado um Plano de Implementação da Política de Gestão Pessoas. Tendo em vista o caráter estratégico da PGP para o desenvolvimento da instituição, julgou-se necessário incluir objetivo e meta referente à Política

### QUADRO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – EIXO III

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
Oe7	Efetivar o Plano de Implementação da Política de Gestão Pessoas	O Plano prevê frentes de trabalho a serem desdobradas em planos de ação e estratificadas de acordo com a PGP.

### QUADRO DE METAS – EIXO III

Meta	Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
M7	Execução das frentes de trabalho *	10 frentes	10 frentes	15 frentes	-	-

\* Obs.: Metas cumulativas.

## EIXO 4 – Fortalecimento da atuação estratégica da ESP para o SUS

### QUADRO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – EIXO IV

Nº	Objetivo Estratégico	Descrição
Oe8	Aprimorar a atuação do CEPEX	Busca-se resgatar e valorizar o papel do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da ESP-MG, com vistas ao fortalecimento de sua atuação na definição e desenvolvimento das políticas institucionais da ESP-MG inerentes às atividades ofertadas.
Oe9	Formar ativadores de EPS em Minas Gerais	Tendo em vista a missão da ESP-MG e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, pretende-se atuar diretamente na formação de ativadores de Educação Permanente em Saúde no Estado de Minas Gerais, buscando o fortalecimento de redes regionais.
Oe10	Desenvolver Política Editorial da ESP-MG	Definir uma linha editorial da ESP-MG, no sentido de orientar a produção, além de materiais didáticos e de pesquisa necessários à realização de suas ações, materiais técnicos e objetos de aprendizagem vinculados a seus campos de atuação.
Oe11	Aprimorar a Gestão do Conhecimento na ESP-MG	Pretende-se promover uma cultura institucional de práticas de mapeamento, identificação, organização, armazenamento e disseminação de saberes produzidos nos fluxos de processos de trabalho. Além disso, estimular a inovação na instituição por meio da criação de dispositivos que promovam maior sistematização, retenção e proteção do conhecimento gerado na ESP-MG, contribuindo para a estruturação e preservação da memória organizacional.

**QUADRO DE METAS – EIXO IV**

<b>Meta</b>	<b>Descrição</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
M8	Plano Estratégico de atuação do CEPEX elaborado	I plano elaborado	I plano elaborado	I plano elaborado	I plano elaborado	I plano elaborado
M9	Ativadores de EPS formados*	160	100	100	100	100
M10	Política Editorial da ESP-MG elaborada	-	I política elaborada	I política elaborada	I política elaborada	I política elaborada
M11	Repositório Institucional da ESP-MG disponibilizado na internet	I	I	I	I	I

\* Obs.: Metas cumulativas.



**IV**  
**PROJETO**  
**POLÍTICO**  
**PEDAGÓGICO**

## **IV. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

### **7. Projeto Político Pedagógico (PPP)**

Entendido como um documento “que deve explicitar os fundamentos políticos e filosóficos caros” (PRONKO, 2013, p. 131) à instituição formadora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) apresenta os princípios e pressupostos didático-metodológicos que permitem orientar e operacionalizar o dia-a-dia da escola.

O projeto político pedagógico (...) é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser influenciado por ela. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade (VEIGA, 1998, p.12).

Além de apresentar quais são os fundamentos e princípios que regem a prática educativa da Escola, o PPP também define a intenção da escola enquanto instituição formadora, apresentando qual o tipo de trabalhador se pretende formar (PRONKO, 2013). Assim, ele é um documento que está em permanente (re)construção, uma vez que, compreendendo os trabalhadores/alunos como sujeitos históricos e os processos educativos como potência para transformar suas realidades, o PPP deve ser periodicamente revisitado e reescrito a partir do momento histórico vivido (FREIRE, 2013).

Dessa maneira, cabe registrar que este é somente mais um dos movimentos de reescrita do Projeto Político Pedagógico da Escola de Saúde Pública. O primeiro é de 2009 e em 2015 foram feitas pequenas alterações no documento de 2009. O documento que agora apresentamos, pode ser considerado como o retrato do movimento coletivo dos trabalhadores da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) que resultou neste documento.

O PPP da Escola foi construído a partir das discussões que resultaram na nova missão da ESP-MG e na sua nova estrutura orgânica.

### **8. Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais**

Para realizar suas ações educacionais, a ESP-MG apresenta alguns fundamentos e princípios que orientam e apontam para um processo educativo que busca resgatar dos trabalhadores, do controle social e da gestão do SUS o conceito de cidadania, possibilitando uma reflexão crítica e o domínio de conhecimentos indispensáveis à reformulação de suas práticas. São eles:

- a Educação Permanente em Saúde;
- a Articulação constante da teoria com a prática;
- a Concepção Crítica de Educação
- a Interdisciplinaridade; e
- a Andragogia.

## 8.1. Educação Permanente em Saúde

A proposta de Educação Permanente em Saúde (EPS) surge não como uma opção didático-pedagógica, mas como opção político-pedagógica, em que os atores da saúde são formados com base na reflexão e análise de problemas da realidade em que atuam, permitindo a superação do domínio das técnicas, com integração da experiência prévia aos conceitos científico-tecnológicos que permeiam os quatro pilares da formação para a área da saúde: o ensino, a gestão, a atenção e o controle social.

Ao se fazer como proposta político-pedagógica que permite o desenvolvimento continuado dos trabalhadores, da gestão e do controle social, a Educação Permanente em Saúde supera o aspecto didático-metodológico já que tem como objetivo não só a mudança no conhecimento e no exercício das práticas profissionais em saúde, mas também nas “dimensões éticas da vida, do trabalho, do homem, da saúde, da educação e das relações” (Ceccim; Ferla, 2006).

A proposta da EPS tem como concepção a aprendizagem-trabalho, a partir dos problemas enfrentados na realidade, e leva em consideração as experiências e os conhecimentos que as pessoas já possuem. Assim, é importante que, ao se pensar em ações educacionais nessa concepção, elas tenham como objetivos:

- transformar as práticas e os serviços de saúde;
- promover o processo ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre os problemas vivenciados na prática das equipes de trabalho;
- contribuir com a concretização do compromisso social e profissional.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário se pensar que no cotidiano do trabalho em saúde se produz conhecimento, se criam alternativas e caminhos. Dessa maneira, a EPS coloca o trabalho e as relações aí tecidas no centro, como objeto de análise. Ela convida para que se volte o olhar atentamente para cada processo desenvolvido nos serviços de saúde e para que se encontre os caminhos construídos, as reflexões tecidas, os conhecimentos compartilhados e ressignificados. E este processo de produção envolve também a produção de subjetividades. Ou seja, o trabalho e o que se produz por meio dele também se constituem processo formador de subjetividades. E muitas são as possibilidades que podemos conformar para conversar sobre aspectos do trabalho em saúde (MINAS GERAIS, 2018b).



Assim, a EPS é entendida aqui como uma oportunidade de fazer dialogar pares que se colocam abertos à experiência no trabalho em saúde e nessa perspectiva, podemos apontar três componentes importantes para a EPS:

um componente político, porque a relação com o outro inclui, necessariamente, interações entre forças; um componente ético, porque, considerando as experiências que tocam cada um, conforma-se um conjunto de critérios e referências para existir; e um componente estético, porque, dadas as relações e as referências para existir, se constitui um modo de dar forma ao próprio território existencial (SOARES; SILVA, 2018).

Esses componentes da EPS – política, ética e estética – são refletidos nos processos educativos, na relação aprender-ensinar possibilitadas pelo trabalho em saúde. Elas ampliam e diferenciam as ações educacionais elaboradas a partir da EPS. Para além de participações em cursos, a EPS procura reconhecer e valorizar os *“muitos fluxos que correm junto ao aprendizado que acontece no cotidiano do trabalho”* (SOARES; SILVA, 2018). Dessa maneira,

a EPS não se localiza na participação individual em cursos de formação sobre temas relacionados ao trabalho em saúde, qualquer que seja sua natureza, tampouco se resume, fundamentalmente, às formações ofertadas no serviço. A EPS configura-se como um canal de comunicação para o diálogo sobre experiências, afetações, implicações, desafios e outras possibilidades que surgem com o trabalho, no trabalho (SOARES; SILVA, 2018).

A EPS, então, pressupõe o diálogo, e *“sugere que intensifiquemos um modo de relação com o outro, abrindo caminhos para que saberes e experiências sejam compartilhados e construídos conjuntamente”* (MINAS GERAIS, 2018b, p. 11). Freire (2013) defende o diálogo como elemento primordial das relações educativas, das relações humanas. *“Parece que dialogar é uma tarefa bastante conhecida, bastante próxima de todos (...). Entretanto, a aparente familiaridade traz em si desafios (...)”* (MINAS GERAIS, 2018b, p. 11). Para que essa relação dialógica possa ser uma ferramenta do processo educativo, é necessário que se estabeleça uma escuta atenta ao que o outro nos apresenta – seja o paciente, o colega de trabalho ou o aluno. E para que se desenvolva uma escuta atenta, é preciso compreender que não há saber mais e nem saber menos, o que existe são saberes diferentes (FREIRE, 2010). Dessa maneira, se reafirma a ideia de que todas as pessoas possuem saberes advindos de suas experiências de vida, suas experiências profissionais, de cursos e leituras feitos ao longo da vida. *“Todos esses saberes prévios são importantes e devem ser valorizados”* (MINAS GERAIS, 2018b, p. 11), especialmente nas ações educativas voltadas para os trabalhadores, a gestão e o controle social do SUS.

Nesse sentido, a ESP-MG propõe que ações educacionais se deem por meio de processos que sejam capazes de transformar as práticas e os serviços, processos esses que ocorram a partir da reflexão

sobre os problemas vivenciados nessa prática e que contribuam para a concretização de uma política de saúde que atenda aos princípios e diretrizes do SUS e na qual os profissionais de saúde, a gestão, as instituições de ensino, o controle social e os usuários produzam encontros e diálogos, construindo assim, novas formas de compreender e atuar no SUS.

## **8.2. Articulação constante da teoria com a prática cotidiana**

Ter a Educação Permanente em Saúde como um dos princípios que norteiam a ações educacionais da ESP-MG, implica em se pensar a prática e a teoria como conceitos centrais das ações educativas. Estes conceitos, até então, aparecem na teoria educacional em relação dicotômica. Segundo Freire (1997), não há como superestimar ou subestimar um conceito ou outro. Um implica o outro, em necessária, contraditória e processual relação. Teoria e prática, em suas relações, se precisam e se completam. “A prática não é a teoria de si mesma. Mas, sem ela, a teoria corre o risco de perder o tempo de aferir sua própria validade como também a possibilidade de refazer-se” (FREIRE, 1997, p. 106). A questão é como desvelar a prática no sentido de ir conhecendo e (re)conhecendo nela a teoria pouco ou ainda não percebida. Isto só será possível de concretização a partir de uma reflexão sobre esta prática.

Neste contexto, a problematização é um princípio da EPS que convida e orienta a desenvolver processos de estranhamento diante das realidades que habitam docentes-trabalhadores e alunos-trabalhadores/gestores/control social, possibilitando a discussão das relações de trabalho e ensino, dos problemas enfrentados na realidade e suas hipóteses de solução, bem como pensar as características socioculturais do meio em que trabalho em ato acontece. Nessa perspectiva, o caráter de integração se dá justamente pelo restabelecimento das relações entre os conteúdos, as técnicas e a tecnologia que o fundamentam, ou seja, a integração da teoria, prática e a realidade social.

Ter como premissa a articulação entre a teoria e a prática significa pensar em processos educativos que superem o enfoque puramente de capacitação técnica, já que parte do pressuposto que o trabalho também é um contexto de formação. Isso pode ser percebido quando, no processo de formação, de qualificação e de educação permanente dos atores da saúde, este se apropria dos conhecimentos científicos e os transforma em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão obtida por meio da construção de seu conhecimento mediado por sua realidade imediata. Essa transformação do conhecimento científico-tecnológico em técnicas e procedimentos é que permite a evolução de conceitos e métodos científicos, além de permitir a evolução dos sujeitos que alavancaram essa evolução e que estão envolvidos naquele processo histórico-social.

É por isso que a formação para e no trabalho, que tem por base uma proposta educacional histórico-crítica - que busca a formação de sujeitos que “compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade” (Stockmanns; Lima, 2017, p.27) -, permite muito mais do que o domínio dos saberes necessários ao fazer, mas a própria revisão desse saber. Trata-se de um movimento dialé-

tico entre saberes técnicos e tecnológicos, que envolve uma relação interpretativa entre conhecedor e conhecido, a partir da geração de um conjunto de significados construídos histórica e socialmente pela relação entre interesses sociais, representações individuais e práticas coletivas, em um continuum de criação e (re)criação. Assim, os processos de formação, qualificação e de educação permanente não são estáticos, mas sim, processos de “construção individual e coletiva, onde os indivíduos se qualificam ao longo das relações sociais e, neste sentido, não pode ser tomada como construção teórica acabada” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.21).

Outra questão importante, é que os espaços de trabalho e de ensino-aprendizagem são diferentes e devem ser analisados sob diversas formas e a partir de suas singularidades, tanto profissionais, quanto culturais e sociais.

Assim, a oferta de ações educacionais que objetivem a formação, a qualificação e a educação permanente dos trabalhadores, da gestão e do controle social do SUS para atuarem em diversos contextos, principalmente com o princípio da promoção da saúde, tem que levar em conta as experiências pessoais concretas dos indivíduos e dos grupos culturais nos quais se encontram inseridos. Dessa maneira, pode se permitir uma efetiva interação entre ensino e serviço, a interação docente-aluno-ensino-serviços-comunidade e o processo de ensino-aprendizagem pode ser adaptado a cada realidade local e aos padrões culturais próprios de uma determinada estrutura social.

Nessa perspectiva, a ESP-MG trabalha a partir da necessidade de promoção de uma reflexão dos trabalhadores, da gestão, e do controle social sobre a própria realidade dos serviços, através de um diálogo entre o acúmulo de diversos campos de conhecimento e, dentre esses, o da vivência, seja a da comunidade, bem como a dos próprios alunos no cotidiano de seu processo de trabalho e de atuação no SUS.

### **8.3. Concepção Crítica de Educação**

Pensar a articulação teoria e prática é compreender que o processo educativo dos alunos – dos trabalhadores, da gestão e do controle social da saúde - é “engendrado nas relações sociais que ele estabelece com o mundo e, de modo mais amplo, o entendimento da sociedade como um lugar de criação do homem” (PEREIRA; RAMOS, 2006, p.9). Através das relações que são estabelecidas pelos sujeitos entre si e com os conhecimentos historicamente construídos, é possível que, a partir das ações educacionais das quais eles participam, esses atores venham se tornar mais críticos e utópicos, “construindo formas qualificadas de pensar e planejar ações nas áreas da saúde” (idem, p.9).

Articular teoria e prática e utilizar pressupostos políticos-pedagógicos da Educação Permanente em Saúde, faz com que as ações educacionais realizadas pela ESP-MG apresentem propostas pedagógicas de cunho progressista - modelo histórico-dialético -, na qual, a partir da reflexão sobre a prática, de forma contextualizada e problematizadora, a aprendizagem seja significativa e possibilite mudanças nas práticas dos serviços de saúde.

Propor ações educacionais a partir de uma concepção crítica da educação é fomentar capacidade de crítica, a busca de novos caminhos e a proposição de novas soluções. Para isso, é necessário:

aprender e renovar continuamente a postura de olhar para o vivido e fazer perguntas, criticar, problematizar, buscar novos conhecimentos, novas informações e, em diálogo, construir novas formas de compreender, de atuar e entender que para diferentes realidades, diferentes culturas e diferentes sujeitos, é preciso valorizar as alternativas criadas, a proposição ativa de caminhos e soluções (MINAS GERAIS, 2018b).

Assim, refletir criticamente demanda um posicionamento a partir da realidade que se apresenta. Realidade essa que, muitas vezes, apresenta características aparentemente dadas, na qual exigem uma postura de recusa ao conformismo e indignação. Ou seja,

[...] refletir criticamente implica também um novo posicionamento epistemológico que, rompendo com a pretensão arrogante do conhecimento moderno de produzir um conhecimento que corresponda à realidade, possa apreender as possibilidades de transformação contidas nessa realidade (MATTOS, 2008, p.314).

Nesse sentido, os alunos trabalhadores, da gestão e do controle social do SUS são considerados sujeitos do processo histórico, que trazem experiências e vivências que não podem ser desconsideradas no processo ensino-aprendizagem. Assim, a escola tem como compromisso não só com que os alunos adquiram conhecimentos, mas também a formação, qualificação e educação permanente de sujeitos críticos que atuem na transformação da sociedade. E ser docente nessa perspectiva exige do profissional “um exercício contínuo de pensar em si, de se perceber em relação com o outro e de também se colocar em aprendizado” (MINAS GERAIS, 2018b, p.13).

#### **8.4. A Interdisciplinaridade**

A abordagem interdisciplinar dos temas que caracterizam a atividade em saúde pressupõe uma mudança na concepção de homem, de conhecimento biomédico e de relações interpessoais entre os profissionais, usuários, gestão e controle social. A experiência interdisciplinar não poderia existir sem a necessária transformação da visão de ser humano dos atores que nela estão envolvidos, pela substituição do profissional individualista e de formação concluída por aquele em constante aprendizado.

60

A interdisciplinaridade pode ser compreendida como a “tentativa do homem conhecer as interações entre mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos” (PEREIRA, 2008, p.263). Assim, nos processos educativos, é necessário que se compreenda que os conhecimentos científicos não podem ser separados da vida social e de outras esferas da vida humana. Ou seja,

“é necessário entender a interdisciplinaridade no âmbito de uma dimensão política e ética” (PEREIRA, 2008, p.265).

Entender que o conhecimento não é algo acabado, mas que é construído através do diálogo, das indagações, das reformulações e das reflexões críticas, faz com que se compreenda que o conhecimento científico deve ser tratado em sua dimensão histórica e política (SOUZA; CHAPANI, 2013, p.123). Assim, a interdisciplinaridade se apresenta como um caminho para a “(re)construção do conhecimento unitário e totalizante do mundo frente à fragmentação do saber. Na escola, essa noção é materializada em práticas e reflexões como a integração de conteúdos e a interação entre ensino e pesquisa” (PEREIRA, 2008, p.264).

Nesse contexto, os trabalhadores da área de saúde, da gestão e do controle social que participam das ações educacionais da ESP-MG devem ter em mente sua incompletude, a curiosidade, a abertura para o diálogo e a troca de reflexões com os outros profissionais especialistas, docentes e alunos. Entretanto, também é preciso ter consciência dos limites e possibilidades das ações educacionais “no processo de mudança de paradigma das ciências e da transformação do mundo do trabalho” (PEREIRA, 2008, p. 268), ou seja, a interdisciplinaridade não poder “ser construída a partir de premissas que percam de vista a totalidade das questões que ela tem a enfrentar” (idem).

A busca interdisciplinar pressupõe, por parte dos profissionais envolvidos – alunos, docentes e coordenadores de cursos –, uma tomada de decisão pessoal a respeito de sua formação e atuação no SUS. Como decisão política, os profissionais envolvidos devem superar a fragmentação e extrema especialização do conhecimento biomédico e começar a trabalhar em equipe pela transformação das reuniões, aulas e outros espaços em momentos de estudo e de compartilhamento. A adoção de uma postura interdisciplinar por parte dos profissionais da área de saúde, da gestão e do controle social a respeito da sua formação pressupõe também uma reorientação na forma como o planejamento vem sendo feito em sua atuação no SUS, pois a adoção de uma postura epistemológica não é algo que se possa organizar usando os moldes tradicionais de planejamento.

## 8.5. Andragogia

As ações educacionais da ESP-MG são voltadas para diversos atores do SUS: trabalhadores, gestão e controle social. É um público diferenciado, ou seja, são “adultos” atuantes no SUS. A partir das especificidades dos processos educacionais voltados para esse público, o conceito de Andragogia pode nos dar a sustentação para o exercício das atividades educativas propostas pela Escola.

A Andragogia é entendida como “a atitude educativa dirigida para o adulto em situação de aprendizagem” (Leite et al, 2013, p.150). Para entender esse conceito, faz-se necessário compreender que os processos de ensino-aprendizagem acontecem em diversos espaços e tempos, ou seja:

dar um novo sentido aos processos de aprendizagem pelos quais os sujeitos se produzem e se humanizam ao longo da existência, ampliando, assim, a concepção de educação para além do sentido de oferecimento da escolarização, alfabetização, ensino fundamental e médio, incluindo outros espaços, tempos e ações educativas, de gênero, de etnia, de profissionalização, questões ambientais, etc (GONÇALVES; FARTES, 2010, p.310).

Nesse contexto, as ações educacionais construídas devem sempre levar em consideração o perfil dos atores envolvidos, no caso específico da ESP-MG, os trabalhadores, a gestão e o controle social do SUS, e não devem ser voltadas somente para formações, qualificações ou processos de educação permanente meramente técnicos ou operacionais, mas devem ser voltadas para a “efetivação de práticas emancipatórias e cidadãs” (MURTA, 2013, p.130).

Isto significa afirmar que a preparação do trabalhador não deve corresponder mais à antiga técnica de disciplinamento da força de trabalho, como a existente na estrutura anterior, mas promover uma formação que possibilite às pessoas transformarem as informações, acessadas por meio das diversas tecnologias, em conhecimentos vivos e significativos. Conhecimentos vinculados a uma nova condição humana, que possam não somente capacitar para o desempenho de uma função, mas, sobretudo, desenvolver nos sujeitos a capacidade de se envolver e participar em novas práticas sociais, políticas e culturais (GONÇALVES; FARTES, 2010, p.311)

Compreendemos assim, que o ensino e a aprendizagem perpassam por diversas experiências: “do saber, da afetividade, da moral e da estética” (LEITE et al, 2013, p. 151). E a partir dessas experiências é que se propõe que as ações educacionais da Escola sejam realizadas a partir das práticas cotidianas. Dessa maneira,

Rompe-se com a forma conservadora de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. Reconfiguram-se saberes, procurando-se superar as dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática. Permite-se explorar alternativas teórico-metodológicas em busca de outras possibilidades de escolhas ao alicerçar-se na dimensão estética, no novo, no criativo e na inventividade exercida com ética (LEITE et al, 2013, p.151).

A partir dessa compreensão e para atender as necessidades educativas do público adulto que participam das ações ofertadas pela ESP-MG, levamos em consideração em nossas propostas pedagógicas, além dos aspectos emancipatórios da educação, características do aluno adulto importantes para seu processo ensino-aprendizagem, como a:

- **Experiência:** são portadores de experiências de vida. São os próprios adultos com a sua experiência que constituem o recurso mais rico para as suas próprias aprendizagens;
- **Aprendizagem Significativa:** os adultos estão dispostos a iniciar um processo de aprendizagem, desde que compreendam a sua utilidade para melhor afrontar problemas reais da sua vida pessoal e profissional;
- **Reflexão da Prática:** nos adultos, a aprendizagem é orientada para a resolução de problemas e tarefas com que se confrontam na sua vida cotidiana;
- **Motivação:** são os fatores de ordem interna que motivam o adulto para a aprendizagem (satisfação, autoestima, qualidade de vida).

Portanto, no planejamento curricular e didático buscamos conteúdos e atividades que valorizam as experiências desse adulto atuante no SUS, buscando conhecimentos que sejam significativos para a sua prática e que os motivem a buscar o novo, a reelaborarem seus processos de trabalho e atuação. Além disso, possibilitar, através do diálogo e da problematização constante entre as vivências dos alunos, os conhecimentos sistematizados e os docentes, os alunos possam se inserir em sua realidade como “verdadeiro sujeito da transformação” (FREIRE, 2013, p.64).

## 9. Caminho Metodológico

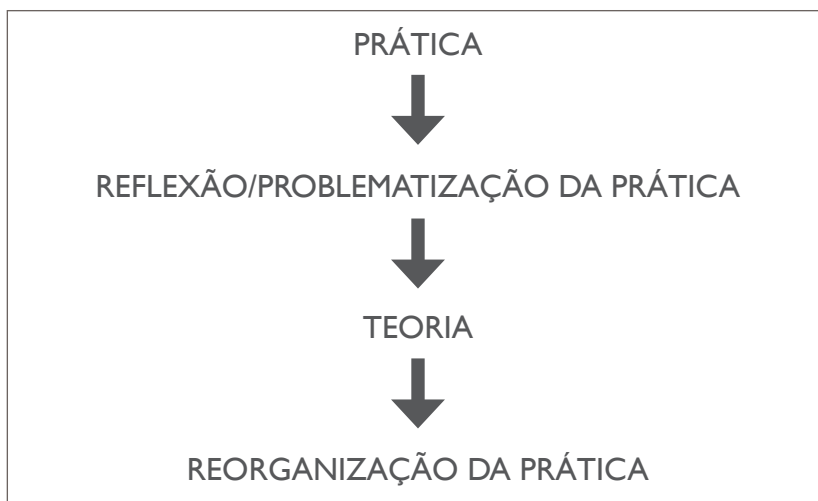
Com já discutimos, as ações da ESP-MG são sustentadas no conceito de Educação Permanente em Saúde, ou seja, aquela educação que tem o processo de trabalho como eixo educativo. Para atender a este pressuposto, faz-se necessário a adoção de metodologias e recursos didáticos que promovam a reflexão sobre o processo de trabalho em saúde, bem como a reflexão dos trabalhadores, da gestão e do controle social sobre suas ações e seu aprendizado, fazendo com que eles possam participar do processo de ensinar-aprender, construindo seus próprios conceitos, conhecimentos e posturas.

Entendemos que o caminho metodológico adequado para propiciar ao educando autonomia diante das demandas da realidade precisa ser eminentemente ativo e participativo, pois uma metodologia passiva, do tipo só expositiva, não oportuniza ao aluno atuar sobre o objeto (realidade, problemas e demandas) tornando-o apenas repetidor de procedimentos e ações previamente delineadas.

Nesse contexto, problematizar a realidade permite integrar teoria à prática social. A partir da identificação de problemas pode-se avançar no processo reflexivo, tendo como base a teoria para, assim, ampliar a compreensão do problema, elaborar soluções contextualizadas, exercitando, desta forma, a autonomia de pensamento e a tomada de decisões nos diversos contextos em que se atua. Além disso, proporciona também uma adequação do que se aprende às necessidades e demandas de um contexto, tornando a aprendizagem significativa para o aluno.

Para isso, o caminho metodológico das ações educacionais da ESP-MG se baseiam nas imagens abaixo (figuras 11 e 12):

**FIGURA 11: PERCURSO METODOLÓGICO SEGUIDO PELA ESP-MG.**



Fonte: Elaboração própria

**FIGURA 12: ARCO DE MARGUERITZ E OS PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS DA ESP-MG.**



Fonte: Elaboração própria

O pensamento reflexivo, nessa perspectiva, é uma capacidade e como tal, não desabrocha espontaneamente, mas pode desenvolver-se. Isto quer dizer que esses processos de formação implicam o sujeito (aluno e docente) em um processo pessoal de questionamento de seu saber e de sua experiência em uma atitude de compreensão de si mesmo e do real que o circunda. É efetivamente a postura de questionamento que caracteriza o pensamento reflexivo.



O diálogo e a problematização não adormecem ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educador-educando<sup>7</sup> e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra na interação. Saber que reflete o mundo e os homens, no mundo e com ele, explicando o mundo, mas sobretudo, tendo de justificar-se na sua transformação (FREIRE, 2013, p.70-71).

Assim, as ações educacionais da ESP-MG propõem a utilização de metodologias que possibilitem posturas de questionamento, de investigação, de reflexão não somente para os alunos, com também para os docentes. Dessa maneira, o docente tem como objetivo facilitar o desenvolvimento do aluno, mas, ao fazê-lo, também o docente se desenvolve, porque, tal como o aluno, aprende ensinando. Ambos são “participantes” do processo educativo, ou seja, (...) o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isso, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto (FREIRE, 2010, p.74).

Compreender aluno como sujeito do processo educativo, significa também compreender que existe uma íntima relação entre docência e discência. Ou seja, a especificidade do ato de educar é entendida como inerente ao ser humano, e “consequentemente, não pode esgotar-se na pura transmissão de conhecimentos” (RAMOS, 2017, p. 49). Existem várias estratégias didáticas que ajudam a promover a reflexão, especialmente aquelas que partem da realidade dos alunos, entretanto, deve-se ter em mente que estas estratégias não se excluem, pois todas servem para uma compreensão do ato de educar, que está sempre contextualizado e é extremamente complexo.

Assim, ao utilizar a problematização da realidade dos alunos, e, consequentemente, dos serviços no qual eles atuam, se problematiza não somente seu trabalho, mas também as múltiplas dimensões da totalidade social: “desde as técnico-científicas até as econômicas, sociais, ético-políticas, dentre outras” (RAMOS, 2017, p.61).

## **9.1. A ESP-MG e a Educação a Distância**

A Educação a Distância (EaD) é uma realidade, essa modalidade veio colaborar com a ampliação da educação e disseminação do acesso ao conhecimento ao maior número de pessoas, minimizando dificuldades de acesso e deslocamento na participação de ações educacionais.

A partir desse ponto de vista, o processo de ensino e aprendizagem mediado pelo uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) possibilita a capacitação e a atualização dos profissionais dispersos geograficamente em nosso estado – vale ressaltar que Minas Gerais possui 853 municípios.

Entende-se que a mediação das TICs atrelada aos princípios pedagógicos balizadores da ESP-MG (educação permanente, articulação entre teoria e prática, concepção crítica de educação, interdisci-

7. Para Paulo Freire, o conhecimento não se estende dos que sabem para os que não sabem, “o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 2013, p.42-43), ou seja, todo indivíduo tem capacidade para aprender e para ensinar especialmente a partir de suas experiências e vivências, e dessa maneira ele é ao mesmo tempo educador e educando ou educando e educador.

plinaridade e andragogia) possibilitam que as ações educacionais não se traduzam em mera adesão a um discurso hegemônico. Assim, compreendemos que “(...) a tecnologia deve ser pensada dentro das relações históricas, sociais, culturais e de poder (...)” (PAIVA-GUTIERREZ, 2014, p.112).

Desta forma, a EaD representa importante ferramenta para a ESP-MG atingir a sua missão e contribuir para formação e construção do conhecimento junto a usuários, trabalhadores e gestores do SUS.

## 10. Organização Acadêmica da ESP-MG

Para cumprir sua missão de “Fortalecer o SUS, produzindo e disseminando conhecimentos junto a usuários, trabalhadores e gestores, por meio de ações educacionais e de pesquisa, com a Educação Permanente em Saúde como referencial político-pedagógico”, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais oferta ações educacionais em diversas modalidades e níveis de ensino: Cursos Livres, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Cursos de Pós-Graduação lato sensu.

### 10.1. Cursos Livres

Ao se falar em Cursos Livres logo pensamos que são cursos que não tem critérios ou são meramente formalidades para obtenção de declarações ou certificados. Entretanto, para a ESP-MG, eles são uma potente estratégia de atuação e marca um movimento de resistência do SUS.

As ações educacionais ofertadas nessa modalidade podem ser consideradas como ações de educação não formal, ou seja, um tipo de educação que se “desloca” da formalidade da escola (MARQUES; FREITAS, 2017) e podem apresentar duração e públicos variados (trabalhadores do SUS, a gestão, o controle social, estudantes da área da saúde, conselhos de classe e outros profissionais que atuem no SUS). Nessa perspectiva, as ações educacionais podem também ter objetivos variados, mas, na ESP-MG, visam sempre as discussões para fortalecimento do SUS.

Os cursos livres também podem apresentar um caráter mais formal, voltados para a formação inicial, continuada e permanente especialmente para os trabalhadores do SUS. Nesse âmbito, esses cursos são destinados ao desenvolvimento, qualificação e atualização de trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, objetivando a reconstrução de aptidões para a vida produtiva e social. Estas ações educacionais podem, eventualmente, ser estruturadas de forma que possibilitem seu aproveitamento como crédito ou outra forma de equivalência, na educação profissional técnica de nível médio.

Essas ações são realizadas na ESP-MG por meio de diversas estratégias, que são utilizadas de acordo com a proposta e o objetivo da ação educacional. Algumas estratégias utilizadas na Escola são:

- *Seminários*: essa estratégia objetiva a apresentação, discussão e debate em grupo de temas relevantes à área da saúde;
- *Oficinas*: são unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem problematizada a fim de transformá-la. Objetivam a construção de práticas coletivas de

formação e organização. É o tempo-espaço para vivência, a reflexão, a conceitualização; como síntese do pensar, sentir e agir. Como “o” lugar para a participação, a aprendizagem e a sistematização dos conhecimentos;

- *Curso Introdutório*: destinado aos alunos, que necessitam de conhecimentos introdutórios e/ou básicos sobre o Sistema Único de Saúde ou conhecimentos específicos da área da saúde. Os cursos possuem duração variável, em dependência ao conteúdo a ser trabalhado, e podem ser desenvolvidos em Programas de Educação Permanente em Saúde. Ao término do curso, sendo considerado apto, o aluno receberá o certificado de “Curso Introdutório em”.
- *Cursos de Atualização Profissional*: têm por finalidade apresentar os conhecimentos técnico-científicos mais recentes para os profissionais da área da saúde. Ao término do curso, ao ser considerado apto, o trabalhador receberá o certificado de “Atualização Profissional em”.

Como instituição educacional que valoriza os conhecimentos trazidos pelos alunos, consideramos importante certificar esse momento educativo vivenciado na escola. Por isso, nos cursos livres são certificados os alunos que apresentarem 75% (setenta e cinco) de frequência na carga horária em cada etapa/módulo/oficina e/ou na carga horária total da ação educacional.

## 10.2. Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional no Brasil é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/1996 e pelo Decreto nº 5154/2004, apresentando como premissas:

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;
- III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e
- IV - a indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004).

Na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais são ofertadas ações educacionais voltadas para a qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores<sup>8</sup>, e para a educação profissional técnica de nível médio<sup>9</sup>. As duas modalidades têm por finalidade qualificar e habilitar técnicos para atuarem nos diferentes processos de trabalho em Saúde nas habilitações técnicas reconhecidas pelos órgãos oficiais e profissionais.

A Educação Profissional de Nível Médio ofertada pela ESP-MG é realizada nos seguintes formatos (Decreto nº 5154/2004):

- concomitante: para alunos oriundos do ensino fundamental que cursarão a habilitação profissional técnica na ESP-MG e o ensino médio em outra instituição;
- subsequente: somente para alunos que concluíram o ensino médio.

8. Modalidade na qual não é obrigatório que o aluno esteja cursando ou já tenha concluído o Ensino Médio.

9. Nesta modalidade, para receber o diploma do curso, o aluno deve ter concluído o Ensino Médio.

Os cursos ofertados nessa modalidade podem ser estruturados e organizados em etapas com terminalidade, que permitem entradas e saídas intermediárias, com a obtenção de certificados e/ou diplomas de qualificação para o trabalho, após conclusão com aproveitamento. Assim, as ações educacionais dessa modalidade podem se no formato de (Decreto nº 5154/2004):

- Qualificação profissional de nível técnico, desde que a ocupação efetivamente exista no mercado de trabalho (como, exemplo, a Qualificação para Auxiliar em Saúde Bucal);
- Habilitação profissional de nível técnico (exemplos: Técnico em Enfermagem, Técnico em Saúde Bucal);
- Especialização de nível médio ao profissional já qualificado ou habilitado neste nível de educação profissional.

A Especialização Profissional de Nível Médio é considerada pela legislação como complementar à habilitação ou qualificação profissional desse nível e só pode ser oferecida a quem já tenha o certificado de qualificação ou o diploma de técnico na área ou ocupação profissional específica.

Independente do formato em que o curso será realizado, é necessário que a caracterização da área de saúde, os conhecimentos, habilidades, competências gerais e específicas da habilitação, bem como o perfil profissional de conclusão sejam considerados na seleção, definição e elaboração dos conteúdos curriculares, bem como as particularidades do SUS e as vivências em serviço dos alunos.

Assim, para operacionalizar os cursos nesse nível educacional e considerando os fundamentos e princípios que orientam suas ações, especialmente no que se refere a articulação constante entre teoria e prática, os cursos tem como premissa a alternância regular de períodos presenciais de concentração e outros de prática supervisionada em ambiente de trabalho de forma sequencial.

Entendemos que o período de concentração seja o momento do resgate da prática para refletir sobre ela, teorizar e oportunizar fundamentos para uma nova prática. É o momento em que os alunos desenvolvem as sequências de atividades curriculares previstas e também são vivenciadas experiências de natureza teórico-prática.

Já o período da prática supervisionada (prática profissional<sup>10</sup>) é entendido como o momento pedagógico em que o aluno realiza “projetos, estudos de caso, visitas técnicas e viagens orientadas, simulações, pesquisas e trabalhos de campo e de laboratório, oficinas e ambientes especiais” (MINAS GERAIS, 2009) tanto na própria escola ou em outras instituições. Ele pode também retornar ao local de trabalho para o exercício das atividades profissionais, sob a supervisão de um docente que orienta, acompanha, avalia e registra sistematicamente seu desempenho conforme atividades programadas no material didático dos cursos. Por meio dos instrumentos que acompanham o currículo. Nesse contexto ele cria, recria situações e aí demonstra a construção da competência que adquiriu unindo o teórico e o prático numa situação concreta. Este momento “constitui e organiza a educação profissional

permeando todos os componentes curriculares, não se constituindo em disciplina específica, devendo ser incluída nas cargas horárias mínimas de cada habilitação. (MINAS GERAIS, 2009).

A partir dessa operacionalização, esperamos que os alunos aprendam as técnicas correspondentes às profissões, entretanto, sem se tornarem tecnicistas, ou seja, que valorize somente o uso de recursos técnicos ou tecnológicos de maneira indiscriminada e descontextualizada, mas que se tornem críticos das realidades vivenciadas, compreendendo que o trabalho em saúde e no SUS deve ser realizado envolvendo todos os profissionais do serviço e buscando sempre a promoção, proteção e recuperação da saúde dos usuários.

### 10.3. Cursos de Pós-Graduação

A Educação Superior no Brasil é voltada para o atendimento de indivíduos que já concluíram o Ensino Fundamental (profissionalizante ou não) ou que já possuam Diplomas de Ensino Superior. Ela pode ser ofertada nas seguintes modalidades (MINAS GERAIS, 2013):

- *Cursos sequenciais* - objetivam formação específica por campo do saber, com obtenção ou atualização de qualificação técnica, profissional, acadêmica ou intelectual;
- *Graduação* – ofertada a indivíduos que possuem certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente. É subdividida em: Bacharelado (curso generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo de saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural); Licenciatura (curso que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica); e Tecnologia (curso de formação especializada em área científica e, ou tecnológica; oferece o grau de tecnólogo); e
- *Pós-graduação* - ofertada a diplomados em curso de graduação, visam aprofundar estudos em determinada área do conhecimento. É subdividida em: lato sensu e stricto sensu (mestrado e doutorado).

A ESP-MG somente oferta ações de Ensino Superior na modalidade Pós-Graduação lato sensu. Ela tem por finalidade formar profissionais com atuação voltada para a saúde coletiva, tendo em vista estimular a produção científica no campo da saúde pública. Esses cursos podem ser no nível de Aperfeiçoamento ou Especialização.

Os cursos de pós-graduação – nível Aperfeiçoamento – tem por objetivo melhorar o desempenho em determinada ocupação, refletindo as exigências de um determinado contexto, e

visam à melhoria de desempenho e de competências anteriormente adquiridas numa determinada ocupação profissional, ficando ao alvedrio<sup>11</sup> das instituições de educação superior do país definir sua estrutura e especificidade, respeitada a carga horária total mínima de 180 horas (BRASIL, 2006, p.8).

11. Vontade; arbítrio.

Esse tipo de ação educacional não está sujeita à regulamentação legal, ou seja, não são necessárias autorizações do Sistema Educacional (nacional ou estadual), podem ter organização curricular própria e serem elaboradas à partir das necessidades do serviço e da ocupação profissional.

Já os cursos de pós-graduação lato sensu – nível Especialização estão sujeitos à regulamentação legal (Resolução CNE/CES nº 1/2007 e Resolução CEE-MG nº 459/2013) e são entendidos como um conjunto de atividades pedagógicas sistematizadas, que tem em vista educar, qualificar, capacitar, aperfeiçoar e formar o profissional. Elas têm como principal objetivo atender demandas reais, voltadas para atender às necessidades do trabalho, assumindo contornos de pós-graduação profissionalizante.

É por essa razão que os cursos de especialização também assumem a função de educação continuada, objetivando a inclusão de profissionais nas inovações dos métodos e técnicas mesmo que não estejam diretamente envolvidos nos processos de desenvolvimento de tais avanços. A especialização que qualifica mais o graduado do ponto de vista profissional traduz-se, pois, na pós-graduação que revigora conhecimentos e constrói a competência técnica (BRASIL, 2006, p.8).

Esses cursos devem ter duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, não computado o tempo obrigatório que deve ser reservado para elaboração individual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Suas matrizes curriculares devem ser estruturadas em áreas temáticas, que podem ser agrupadas em períodos, etapas, módulos ou outras formas de organização, visando sempre qual o melhor formato para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos do curso.

Outra modalidade de cursos pós-graduação são os chamados stricto sensu, que podem ser do tipo mestrado ou doutorado. Tais cursos têm por objetivo a formação e a qualificação para o exercício do magistério, para a pesquisa e para atividades técnico-científicas e profissionais [...] (MINAS GERAIS, 2013, p.5).

Apesar de serem considerados de pós-graduação, os cursos lato e stricto sensu apresentam intencionalidades diferentes. Os cursos lato sensu possuem objetivos mais profissionalizantes, sem abrangência do campo total do saber em que se insere a especialidade, conferindo Certificados (Especialista em ...) e não graus acadêmicos aos alunos. Eles não precisam ser autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), com exceção das Residências, mas devem ser autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG), o que confere validade nacional para os cursos. É importante ressaltar que este é o caso da ESP-MG, cujos cursos são autorizados desde 2005 pelo CEE-MG.

Já os cursos de pós-graduação stricto sensu conferem Diploma e, conseqüentemente, conferem grau acadêmico (Mestre ou Doutor). Eles têm como objetivo a formação voltada para a docência e pesquisa nas mais diversas áreas. Seus programas devem ser credenciados junto ao MEC ou serem realizados em parceria com instituições já credenciadas.

## **I I. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem**

Após a análise das estratégias didático-metodológicas e da organização acadêmica da escola, é necessário também refletir sobre o modelo avaliativo utilizado na ESP-MG, modelo este sustentado pela concepção educacional da Educação Permanente em Saúde.

Antes, no entanto, faz-se necessário lembrar que a adoção da Educação Permanente em Saúde na ESP-MG é uma proposta de educação profissional cujos princípios são delineados pela tendência pedagógica progressista, que traz como diferencial o objetivo da formação não só de trabalhadores, da gestão e do controle social, mas de cidadãos que possam utilizar seus conhecimentos e experiências prévias para significar novos conhecimentos técnico-científicos e, a partir de então, construir um saber que lhes permita exercer seus papéis no SUS de forma competente e condizente com a prática social.

Dessa forma, ao afirmar que a proposta político-pedagógica da ESP-MG é uma proposta de Educação Permanente, seus profissionais e educadores estão assumindo que as ações educacionais serão desenvolvidas por meio de atividades que possibilitem a relação entre o conhecimento prévio de seus alunos e os conceitos técnico-científicos trabalhados em cada uma das ações educacionais. Essa relação, por sua vez, depende de uma postura do docente como mediador/facilitador do processo de aprendizagem, no qual tanto ele, docente/educador, quanto o aluno/educando, tornam-se sujeitos aprendizes.

Por isso, o modelo avaliativo dessas práticas, não pode ser pontual, com o objetivo único de considerar como desenvolvimento satisfatório, aquele demonstrado por meio de respostas a testes cuja referência é uma escala de pontos que possibilita comparações estatísticas.

O modelo avaliativo acima descrito é conhecido como modelo tradicional e ainda é muito usado, pela facilidade metodológica que traz em sua aplicação. De acordo com Ramos (2008)

Esta última, normalmente, está associada a um curso ou programa e costuma ocorrer em etapas, cujos resultados compõem um grau final. Neste caso, a aprovação das pessoas ocorre com base em uma escala de pontos que, por sua vez, possibilita comparações estatísticas. Quanto aos aspectos avaliados, normalmente não se conhecem as perguntas que serão feitas, e essas devem ser respondidas em tempos previamente definidos (RAMOS, 2008, p.55-56).

Assim, testes com poucas questões, geralmente fechados e desconhecidos aos olhos dos alunos, possuem um gabarito das questões, ou seja, respostas prontas que possibilitam a identificação clara e objetiva da “capacidade e conhecimento” do aluno. Para isso, basta verificar se ele respondeu certo ou errado a cada uma das questões para, posteriormente, saber se alcançou um grau esperado final. Observa-se ainda neste modelo avaliativo, que os testes são aplicados, ao final de etapas que repre-

sentam a conclusão de um determinado volume acumulativo de conteúdos expostos pelo professor aos alunos.

Podemos observar que adotar o modelo avaliativo tradicional diante de uma prática pedagógica progressista e de EPS não é coerente. Assim, é importante ressaltar que a forma de avaliar sempre tem relação com a metodologia escolhida e dessa maneira, avaliar a partir das concepções progressistas e da EPS deve apresentar um sentido de processo, algo que vai construindo-se ao longo do processo educativo.

Nesse sentido, o modelo de avaliação mais adequado se baseia no modelo processual. E assim, deve ser pensada como uma das etapas que integram o processo educativo, devendo sempre ser retomada, refeita, reescrita, reconsiderada, visando sempre o aprendizado, a construção do conhecimento e a mudança das realidades a partir dos novos conhecimentos.

A partir dessa concepção do processo avaliativo, o ato de avaliar se dá durante todo o processo ensino-aprendizagem, ou seja, antes, durante e depois de todo o período da ação educacional. Pode parecer estranho, a princípio, mas basta lembrar que o primeiro pressuposto da aprendizagem significativa é saber o que o aluno já conhece, para depois apresentá-lo a novos conceitos.

Na avaliação processual, o que é chamado de “antes”, a chamada “Avaliação Diagnóstica”, permite identificar concepções prévias dos alunos, preconceitos, erros, lacunas do seu conhecimento e até as formas de aprender de cada um, como meio de planejar a melhor forma de organizar os conteúdos e definir as estratégias didático-metodológicas a serem usadas durante o curso.

O que está sendo chamado de “durante”, na verdade refere-se à “Avaliação Formativa” que é realizada durante todo o processo ensino-aprendizagem, por meio do desenvolvimento de atividades que possibilitem o acompanhamento de como está se dando o processo de evolução da aprendizagem dos alunos. Ao conseguir acompanhar e identificar o estágio de seus alunos por meio da avaliação formativa, os docentes são capazes de reorganizar o processo ensino-aprendizagem de forma a adequar a organização dos conteúdos às estratégias metodológicas e às necessidades de seus alunos. É importante assinalar que, tanto na fase de diagnóstico quanto na fase formativa, os instrumentos e estratégias de ensino a serem utilizados podem ser os mesmos ou não.

Finalmente, a fase chamada de “depois” refere-se ao que Hernandez (1998) denomina de “Avaliação Acreditativa”, ou seja, aquela que tem como objetivo avaliar a competência final dos estudantes, verificar se os estudantes alcançaram os resultados esperados.

Temos que reforçar que a realidade e vivências dos alunos devem sempre ser respeitadas, bem como deve-se respeitar as dificuldades e potencialidades dos alunos, ou seja, cada aluno é único em seu processo educativo. E quando avaliamos o aluno – trabalhador, gestor ou conselheiro de saúde - em processo de formação, devemos ter em mente que o que se pretende é verificar os conhecimentos adquiridos durante o processo de aprendizagem, evidenciando a capacidade do sujeito de mobilizar e



articular, com autonomia, postura crítica e ética, seus recursos subjetivos, bem como atributos constituídos ao longo do processo de ensino-aprendizagem – conhecimentos, destrezas, qualidades pessoais e valores – a que se recorre no enfrentamento de determinadas situações concretas, na prática/processo de trabalho (RAMOS, 2008).

Luckesi (2011) reforça a necessidade de que a avaliação supere a ideia de classificação dos alunos e retorne a ideia original de que avaliar é auxiliar na “construção da aprendizagem bem sucedida” (LUCKESI, 2011, p.184), superando a ideia da avaliação como instrumento de poder.

Em decorrência dos padrões históricos-sociais, que se tornaram crônicos em nossas práticas pedagógicas escolares, a avaliação no ensino assumiu a prática de “provas e exames”; o que gerou um desvio no uso da avaliação. Em vez de ser utilizada para a construção de resultados satisfatórios, tornou-se um meio para classificar os educandos e decidir sobre os destinos no momento subsequente de suas vidas escolares. Em consequência desse seu modo de ser, teve agregado a si um significado de poder, que decide sobre a vida do educando, e não um meio de auxiliá-lo ao crescimento (LUCKESI, 2011, p.184)

Nessa perspectiva, a avaliação deve ser vista como um espaço de avanço e de crescimento e não de estagnação ou submissão. “Enfim, ela terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem percorridos” (LUCKESI, 2005, p. 43). Dessa maneira, tendo como pressupostos o fortalecimento do SUS, por meio de ações educacionais e de pesquisa, com a Educação Permanente em Saúde como referencial político-pedagógico, a avaliação das ações educacionais ofertadas pela ESP-MG devem ter como objetivo a construção do conhecimento dos trabalhadores, dos gestores e do controle social por meio de um processo de ensino-aprendizagem a partir da reflexão sobre as vivências desses alunos, possibilitando assim a transformação das práticas e serviços de saúde e contribuindo para a concretização do compromisso social e profissional dos atores do SUS.

**V**  
**AVALIAÇÃO E**  
**ACOMPANHAMENTO**  
**DO DESENVOLVIMENTO**  
**INSTITUCIONAL**

# V. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

## 12. Acompanhamento e Monitoramento

O acompanhamento das ações desenvolvidas pela ESP-MG se dá por meio dos instrumentos legais de monitoramento previstos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) do Estado de Minas Gerais. Nele, são definidas metas, que são mensuradas bimestralmente, e os indicadores, que são avaliados anualmente e estão descritos a seguir.

### 12.1. Metas

#### 12.1.1. Ação: Ações Educacionais na Área da Saúde

*Finalidade:* Contribuir para a formulação e implementação das políticas relativas à formação, ao desenvolvimento profissional e à educação permanente dos profissionais atuantes no Sistema Único de Saúde, em Minas Gerais.

*Descrição:* Realização de ações educacionais na modalidade presencial, a distância ou semipresencial diversas: seminários, oficinas, cursos, introdutórios, cursos de qualificação profissional, cursos de atualização profissional, cursos técnicos, pós técnicos e de pós-graduação, atendendo às demandas do sistema estadual de saúde e tendo em vista o caráter permanente da educação em saúde.

*Produto:* Profissional participante de ação de capacitação.

**TABELA 05: QUADRO DE METAS (AÇÕES EDUCACIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE). ESP-MG.**

2019	2020	2021	2022
8.900 alunos	9.000 alunos	9.500 alunos	10.000 alunos

#### 12.1.2. Ação: Produção Científica no Campo da Saúde

*Finalidade:* Produzir conhecimento técnico-científico no âmbito da saúde coletiva e colocá-lo à disposição dos gestores, trabalhadores, prestadores de serviço e usuários visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

*Descrição:* Produção de conhecimento técnico-científico no campo da saúde coletiva e divulgação dos resultados obtidos por meio de artigos científicos, apresentação de trabalhos em eventos científicos e outros meios físicos e digitais e elaboração de materiais técnicos e/ou pedagógicos direcionados ao seu respectivo público alvo.

*Produto:* Produção técnico-científica.

**TABELA 06: QUADRO DE METAS (PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CAMPO DA SAÚDE). ESP-MG.**

2019	2020	2021	2022
180 produções	270 produções	360 produções	450 produções

## 12.2. Indicadores

### 12.2.1. Índice de Satisfação dos Alunos

O indicador visa mensurar a qualidade dos cursos oferecidos pela ESP-MG, ponto primordial para eficiência dos mesmos, a partir da percepção dos alunos participantes das ações educacionais.

**TABELA 07: QUADRO DE METAS DO INDICADOR “ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS”. ESP-MG.**

2019	2020	2021	2022
95%	95%	95%	95%

**Fórmula de Cálculo:**  $(n^\circ \text{ de alunos que avaliaram o curso como bom e ótimo} / n^\circ \text{ alunos que responderam a avaliação}) \times 100$

### 12.2.2. Razão da Produção Técnico-científica por Servidor da ESP-MG

Esse indicador representa a produção técnico-científica média, desenvolvida pelos servidores da ESP-MG, ao longo de um ano.

Os produtos se referem a:

- Projetos de pesquisa: elaboração dos projetos e, encaminhamento ao comitê de ética em pesquisa quando envolverem seres humanos e às agências de fomento;
- Compilação das informações e resultados das pesquisas;
- Compilação das informações e resultados das ações educacionais;
- Concepção do estudo, análise, interpretação dos dados e redação do manuscrito, capítulo de livro e/ou livro publicado e resumo para apresentação em evento científico;
- Preparação das apresentações;
- Elaboração, diagramação e revisão;
- Elaboração, coleta de artigos, revisão por pares, diagramação e revisão;
- Leitura do trabalho e preparação do parecer/avaliação/considerações;

- Acompanhamento, leituras e discussões dos trabalhos, correções, sugestões;
- Leitura do trabalho e preparação do parecer
- Organização de eventos técnico-científicos
- Realização dos cursos e preparação dos trabalhos
- Planejamento, estudo, definição de materiais e estratégias didático-pedagógicas e registros escolares.

**TABELA 08: QUADRO DE METAS DO INDICADOR “RAZÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA POR SERVIDOR DA ESP-MG”. ESP-MG.**

2019	2020	2021	2022
2	3	4	5

**Fórmula de Cálculo:** (somatória do número produtos técnico-científicos/ número de servidores no mês de julho)

$$F = (\sum p / s)$$

Legenda:

- F = fórmula
- $\sum$  = somatória
- P = número de produtos técnico-científicos
- S = número de servidores no mês de julho

---

## **VI. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

### **I3. Estrutura orçamentária e financeira**

Como órgão autônomo da administração pública direta do executivo estadual, a ESP-MG dispõe de autonomia orçamentária e financeira. Sua gestão orçamentária-financeira está vinculada ao Fundo Estadual de Saúde, fazendo com que suas despesas sejam classificadas como despesas com ações e serviços de saúde, conforme Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o artigo 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados pelos entes federados com a saúde.

Nesse sentido, expressando sua autonomia, para além da organização as despesas de manutenção do órgão, a ESP-MG detém um programa orçamentário específico para suas ações finalísticas – “Programa 0141: Desenvolvimento de ações de educação e pesquisa para o Sistema Único de Saúde”. Este programa é composto por duas ações:

- 4013 – Ações educacionais na área da saúde;
- 4324 - Produção científica no campo da saúde.

### **I4. Planejamento orçamentário**

O planejamento orçamentário das instituições que compõem o executivo estadual é regulamentado pela Constituição Estadual de Minas Gerais e descrito no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Na tabela, observa-se o planejamento dos próximos anos.

**TABELA 09: ORÇAMENTO DA ESP-MG, DE ACORDO COM PPPAG - REVISÃO 2019 (R\$).**

<b>AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
4013 – Ações educacionais na área da saúde	5.170.562,00	5.800.000,00	6.000.000,00	6.200.000,00
4324 - Produção científica no campo da saúde	31.000,00	32.000,00	33.000,00	34.000,00
2002 – Planejamento, gestão e finanças	6.342.000,00	6.115.704,00	6.335.012,00	6.571.132,00
2417 – Remuneração de pessoal ativo e encargos sociais	7.266.448,00	7.397.244,00	7.530.395,00	7.665.942,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.810.010,00</b>	<b>19.344.948,00</b>	<b>19.898.407,00</b>	<b>20.471.074,00</b>

Fonte: ADI/ESP-MG.



**VII**  
**REFERÊNCIAS**  
**BIBLIOGRÁFICAS**



## VII.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2018.
2. BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 04, de 08 de dezembro de 1999. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_99.pdf)>. Acesso em 24 ago.2018.
3. BRASIL. Decreto n° 5154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em 16 ago.2018.
4. BRASIL. Parecer CNE/CES N°263, de 09 de novembro de 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces263\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces263_06.pdf)>. Acesso em 07 out.2011.
5. BRASIL. Resolução CNE/CES n° 1, 08 de junho de 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf)>. Acesso em 22 ago.2018.
6. CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005.
7. CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação Permanente em Saúde. In: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org.). Dicionário da educação profissional em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006. p.107-112.
8. CECCIM, R. B.; FEURWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis Revista de Saúde Coletiva, v.14, n.1, p. 41-66, 2004.
9. CECILIO, L.C. Trabalhando a missão de um hospital como facilitador da mudança organizacional: limites e possibilidades. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(4):973-983, out-dez, 2000
10. CUNHA, G.T.; CAMPOS, G. W. S. Método Paidéia para Co-Gestão de Coletivos Organizados para o Trabalho. Org & Demo, v.11, n.1, p. 31-46, jan./jun., 2010.
11. FONSECA, 2010 apud SCOREL; TEIXEIRA, 2012 - SCOREL, S.; TEIXEIRA, L.A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Império ao desenvolvimento populista. In: GIOVANELLA, L. et al (org). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.
12. FORMIGA, J.M.M.; GERMANO, R.M. Por dentro da História: o ensino da Administração em Enfermagem. Ver Bras Enferm, v.58, n.2, 2005.
13. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
14. \_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
15. \_\_\_\_\_. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 2013.
16. GONÇALVES, M. C. P. B.; FARTES, V. L. B. O trabalho docente na educação profissional de jovens e adultos. IN: TENÓRIO, R. M.; SILVA, R. S. (Org.). Capacitação docente e responsabilidade social: aportes pluridisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2010. 326 p.
17. GOULART, M.S.B.; SILVA, A.P.S. Escola de Saúde Pública de Minas Gerais: contribuições para reforma psiquiátrica. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica e II Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica de BH, Belo Horizonte, 2007.

18. GUIZARDI, F. L.; CAVALCANTI, F. O. L. O conceito de cogestão em saúde: reflexões sobre a produção de democracia institucional. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 20, n.4, p.1245-1265, 2010.
19. LEITE, A. C. S. L.; FÉLIX, C. S.; OLIVEIRA, P. C. S.; PRADO, B. F. M.; SANTOS, C. O. A prática pedagógica escolar como prática social. IN: SOUZA, A. A. et al (org). *Educação de Jovens e Adultos na diversidade*. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013 (p.148-156).
20. LUCKESI, C. C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar – estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
21. \_\_\_\_\_. *Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo*. IN: LUCKESI, C. C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
22. MACIEL, F. J. et al. *Trajetória da ESP-MG: experiências e perspectivas*. IN: MINAS GERAIS. *Escola de Saúde Pública. ESP-MG: tradição em inovar: 68 anos de história*. Belo Horizonte: ESP-MG, 2014.
23. MACIEL, F. J. et al. (Re)construção da missão institucional de uma Escola de Saúde Pública: uma experiência participativa. 3º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde. ABRASCO. Natal/RN. Maio/2017.
24. MACHADO, E. N. da M. *Formação de sanitaristas e políticas de saúde pública em Minas Gerais, 1947-1955*. 1990. 269p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1990.
25. MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, Dec. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022017000401087&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000401087&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 aug. 2018.
26. MATTOS, R. A. Integralidade, Trabalho, Saúde e Formação Profissional: algumas reflexões críticas feitas com base na defesa de alguns valores. IN: Matta, Gustavo Corrêa; LIMA, J. C. F. (org.). *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPISJ, 2008.
27. MINAS GERAIS. Secretaria de Saúde e Assistência. *Boletim Informativo da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais*, 1959.
28. MINAS GERAIS. Lei nº 15.462 de 13 de janeiro de 2005. Institui as carreiras do grupo de atividades de saúde do poder executivo. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=15462&ano=2005&tipo=LEI>>. Acesso em: 04/09/2018.
29. MINAS GERAIS. Lei Delegada nº 135, de 25 de Janeiro de 2007. Dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007. 6p. Disponível em: <<http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/04/leidelegada-135.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2011.
30. MINAS GERAIS. Parecer nº 599, de 23 de junho de 2009. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[www.cee.mg.gov.br](http://www.cee.mg.gov.br)>. Acesso em: 30 jun. 2011.
31. MINAS GERAIS. Resolução CEE nº 459, de 10 de dezembro de 2013. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <[http://www.uemg.br/downloads/pos/legislacao/Resolucao\\_CEE\\_459\\_10-12-2013.pdf](http://www.uemg.br/downloads/pos/legislacao/Resolucao_CEE_459_10-12-2013.pdf)>. Acesso em 17 ago.2018.
32. MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 22.257, de 27 de julho de 2016. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=22257&ano=2016>>. Acesso em 04/09/2018.
33. MINAS GERAIS. ESP-MG. Portaria nº 29, de 10 de outubro de 2017. Altera o regulamento de credenciamento da ES-

P-MG. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://www.esp.mg.gov.br/images/documentos/PORTARIA%20ESP-MG%20N%C2%BA%20029%20DE%2010%20DE%20OUTUBRO%20DE%202017.pdf>>. Acesso em: 04/09/2018.

34. MINAS GERAIS. Decreto nº 47.505, de 08 de outubro de 2018. Dispõe sobre a organização da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018a.

35. MINAS GERAIS. ESP-MG. Caderno do docente da Qualificação de Agentes Comunitários de Saúde. Belo Horizonte, 2018b. (mimeo)

36. MINAS GERAIS. ESP-MG. Política de Gestão de Pessoas. Belo Horizonte, 2018c. Disponível em <[http://www.esp.mg.gov.br/images/documentos/Manual\\_PGP\\_ESPMG.pdf](http://www.esp.mg.gov.br/images/documentos/Manual_PGP_ESPMG.pdf)> Acesso em 04/11/2018.

37. MURTA, A. R. A formação dos profissionais da educação em EJA. IN: SOUZA, A. A. et al. (org). Educação de Jovens e Adultos na diversidade. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2013 (p.129-138).

38. PAIVA-GUTIERREZ, Lauriana G. O fetiche tecnológico na educação. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, 204p.

39. PEREIRA, I. B. Interdisciplinaridade. IN: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. rev. ampl.- Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

40. PEREIRA, I. B.; RAMOS, M. N. Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 118 p. (Coleção Temas em Saúde)

41. PRONKO, M. et al. A formação de trabalhadores técnicos em saúde no Brasil e no Mercosul. Rio de Janeiro: EPSJV, 2011.

42. RAMOS, M. Avaliação por competência. IN: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. Dicionário da educação profissional em saúde. 2. ed. rev. ampl.- Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

43. \_\_\_\_\_, M. Metodologias ativas: entre movimentos, possibilidades e propostas. IN: SOUZA, R. M. P. (org.). Redescola e a nova formação em saúde pública. Rio de Janeiro: ENSP, 2017. (p.43-66).

44. RIBEIRO, A.P.G; BARBOSA, M. Memórias, relatos autobiográficos e identidade institucional. II Colóquio Brasil-Estados Unidos de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2005.

45. ROCHA, L. B. M. et al. Desenvolvimento Institucional da ESP-MG: (re)fazendo caminhos, um relato de experiência. XI Encontro Nacional de Escolas de Governo. Brasília/DF. 2015. Disponível em: <[https://redeescolas.ena.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/XI-ENEG\\_Desenv\\_Institucional\\_ESP\\_MG.pdf](https://redeescolas.ena.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/XI-ENEG_Desenv_Institucional_ESP_MG.pdf)>. Acesso em 04/07/2018.

46. SOARES, A. N.; SILVA, J. A. T. Como a EPS me afeta como trabalhador do SUS? 2018. (mimeo)

47. SOUZA, A. L. S.; CHAPANI, D. T. Teoria crítica de Paulo Freire, formação docente e o ensino de ciências nos anos iniciais de escolaridade. Rev. Lusófona de Educação, Lisboa, n. 25, p. 119-133, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502013000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502013000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 06 ago. 2018.

48. STOCKMANN, J. I.; LIMA, P. A. Avaliação da aprendizagem na ótica da pedagogia histórico crítica: uma visão escolar. Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v. 2, n. 1, 19, jan./jun., 2017.

49. VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político pedagógico. IN: VEIGA, I. P. A. (org.). Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico